

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
Centro Socioeconômico
Departamento de Economia e Relações Internacionais

GUSTAVO SARDÁ DA SILVA

VULNERABILIDADE EXTERNA BRASILEIRA CONJUNTURAL E ESTRUTURAL:
Uma análise do pós-real.

FLORIANÓPOLIS
2014

GUSTAVO SARDÁ DA SILVA

**VULNERABILIDADE EXTERNA BRASILEIRA CONJUNTURAL E ESTRUTURAL:
Uma análise do pós-real.**

Monografia submetida ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito obrigatório para obtenção de grau de Bacharelado.

Orientador: Pablo Felipe Bittencourt

FLORIANÓPOLIS

2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A banca examinadora resolveu atribuir a nota 10,0 ao aluno Gustavo Sardá da Silva na disciplina CNM 7107 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Pablo Felipe Bittencourt
Orientador

Prof. Dr. Marcos Alves Valente
Membro da Banca

Prof. Dr. Ronivaldo Steingraber
Membro da Banca

AGRADECIMENTOS

Expresso aqui minha gratidão aos meus pais, Luciane e Aldair, por terem me criado “para a vida” e, mesmo em meio a tantas dificuldades, me proporcionarem todas as condições para que eu pudesse atingir meus objetivos. Agradeço pela paciência, liberdade e pelo apoio incondicional em todas as minhas escolhas. Sem dúvida devo tudo o que tenho e conquistei a eles. Quero dizer ainda que se alguém deve se orgulhar de alguma coisa neste momento, sou eu, por tê-los como meus pais.

Agradeço minha noiva, amiga e companheira Camila, por todos esses anos ao meu lado, com muita paciência, amor e companheirismo; incentivando-me a ingressar, permanecer e concluir este objetivo. Sem dúvida a pessoa que mudou minha vida para melhor.

Preciso agradecer aos membros da minha família e amigos por entenderem minha ausência, me incentivarem e ainda conseguirem sentir orgulho de mim, mesmo sentindo saudades e necessidade de minha presença.

Um agradecimento especial ao meu professor e orientador Pablo Felipe Bittencourt pelo auxílio, incentivo e conselhos. Obrigado por toda atenção prestada, pela “luz” quando me encontrava perdido e por contribuir para minha formação e crescimento profissional.

Meu muito obrigado a todos os professores do Centro Socioeconômico que direta ou indiretamente, contribuíram para minha formação.

Por fim, agradeço a Deus pela oportunidade de ter concluído mais esta etapa em minha vida e somente ele sabe o quanto foi difícil, o quanto pedi forças para continuar, luz para iluminar meu caminho e por ele, sempre fui atendido.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo a análise da vulnerabilidade externa da economia brasileira no período pós-real. Será realizada uma análise da vulnerabilidade externa conjuntural e estrutural da economia brasileira no período compreendido entre 1996 e 2013, mostrando como a partir do ciclo de expansão da economia mundial - que inicia a partir de 2003 – e do ciclo de alta dos preços das *commodities*, a vulnerabilidade externa conjuntural da economia brasileira se reduz substancialmente. Para isso, serão construídos e analisados indicadores, cujos dados foram obtidos junto ao *World Bank Indicators*, *FMI – World Outlook database* 2014, Banco Central do Brasil, IPEAdata e FUNCEXdata. Será realizada ainda uma análise da vulnerabilidade externa estrutural da economia brasileira, com vistas a verificar se a oportunidade gerada com a melhora conjuntural foi aproveitada pelo país para redução de sua vulnerabilidade externa estrutural. Os resultados obtidos sugerem que a oportunidade não foi aproveitada, agravando a vulnerabilidade externa estrutural do país ao adotar o modelo de crescimento com poupança externa, o tornando dependente de capitais externos para financiamento dos déficits em conta corrente e promoveu uma reestruturação produtiva da economia em favor de bens com menor conteúdo tecnológico, fomentando a reprimarização da pauta de exportações brasileira. A pauta de exportações brasileira tornou-se estruturalmente frágil, com elevada participação de bens básicos. Assim, como sugere o pensamento estruturalista, uma reversão no ciclo de alta dos preços das *commodities* e a desaceleração da economia mundial, em especial da China - principal parceiro comercial brasileiro e grande demandante de *commodities* - pode levar à deterioração dos termos de troca brasileiros e à volta das restrições externas.

Palavras-chave: Reprimarização, vulnerabilidade externa, conjuntural, estrutural, pauta de exportações.

ABSTRACT

The present research aims the analysis of the external vulnerability of the Brazilian economy in post real period. Thereby an investigation of cyclical and structural external vulnerability of the Brazilian economy will be held in the period between 1996 and 2013, showing how from the expansion cycle of the world economy – which starts from 2003 – and the cycle of high prices of *commodities*, the cyclical external vulnerability of the Brazilian economy is reduced substantially. Thereunto indicators, will be constructed and analyzed, of *World Bank Indicators*, *FMI – World Outlook database* 2014, Central Bank of Brazil, IPEAdata and FUNCEXdata. A structural external vulnerability analysis of the Brazilian economy would be carried out, in order to verify if presented opportunity with the upsurge was used by the country to reduce its structural external vulnerability. The results suggest which the opportunity was not exploited, exacerbating the structural external vulnerability of the country to adopt the growth model with foreign savings, which made the country dependent on foreign capital to finance the current account deficits which promoted a productive restructuring of the economy in favor of goods with lower technological content, fostering reprimarization of Brazilian exports. Therefore a Brazilian exports became structurally fragile, with high concentration of basic goods. Even, as suggested by structuralist thought, a reversal in the rising prices of cycle of *commodities* and the global economic slowdown, especially from China – main trading partner of Brazil and major of *commodities* claimant – can lead to deterioration of brazilian exchange and the return of external constraints.

Key words: Reprimarization, External vulnerability, Conjunctural, Structural, Exportation agenda.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Variação real (% a.a) do PIB mundial, do PIB brasileiro e do comércio mundial de bens e serviços no período 1980 – 2013.....	27
Gráfico 2– Taxa média de investimento da economia mundial (% PIB) e volume do investimento estrangeiro direto (% PIB) no período 1980 – 2013.	27
Gráfico 3 - Trajetória dos índices preço das <i>commodities</i> , demanda das exportações brasileiras e valor das importações mundiais no período 1996 – 2013.	29
Gráfico 4 – Relação entre as trajetórias do índice valor e <i>quantum</i> das exportações brasileiras, e do índice preço das <i>commodities</i> no período 1996 – 2013.	31
Gráfico 5 - Relação entre a taxa de câmbio (R\$/US\$), o índice valor das exportações brasileiras e o índice preço das <i>commodities</i> no período 1996-2013	33
Gráfico 6 - Termos de troca e rentabilidade das exportações brasileiras no período 1994 – 2013.	34
Gráfico 7- Grau de abertura comercial e IDE (% PIB) no período 1994 - 2013.....	36
Gráfico 8 - Relação da taxa de câmbio com os coeficientes de abertura comercial: Coeficiente de exportação e coeficiente de penetração das importações (%), preços constantes de 2007 no período 1996 – 2013.	39
Gráfico 9 - Relação da taxa de câmbio com os coeficientes de abertura comercial para as indústrias extrativa e de transformação: Coeficiente de exportação e coeficiente de penetração das importações (%), preços constantes de 2007 no período 1996 – 2013.	41
Gráfico 10 - Participação média (%) dos bens exportados: classificação por fator agregado. Período 1980 – 2013.....	43
Gráfico 11- Índice <i>quantum</i> das exportações brasileiras por fator agregado no período 1980-2013.	44
Gráfico 12 - Participação média (%) dos bens nas exportações, classificados por intensidade tecnológica no período 1996 – 2013.....	45

LISTA DE TABELAS

Tabela 3. 1 - Transações correntes (US\$ bilhões) – Valores acumulados para o período 1996 – 2013.32

Tabela 3. 2 - Indicadores de vulnerabilidade externa conjuntural no período 1994 – 2013.... 35

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	3
1.1 TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA	3
1.2 OBJETIVOS	4
1.2.1 Objetivo Geral	4
1.2.2 Objetivos Específicos.....	5
1.3 JUSTIFICATIVA	5
1.4 METODOLOGIA.....	6
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	8
2.1 ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA E INSERÇÃO EXTERNA	8
2.2 A ORTODOXIA E NOVO DESENVOLVIMENTISMO	17
2.3 SÍNTESE CONCLUSIVA.....	23
3 VULNERABILIDADE EXTERNA CONJUNTURAL DA ECONOMIA BRASILEIRA NO PERÍODO PÓS-REAL	25
3.1 CONJUNTURA INTERNACIONAL.....	25
3.2 ANÁLISE DA VULNERABILIDADE EXTERNA CONJUNTURAL DA ECONOMIA BRASILEIRA.....	32
3.3 SÍNTESE CONCLUSIVA.....	37
4 VULNERABILIDADE EXTERNA ESTRUTURAL DA ECONOMIA BRASILEIRA NO PERÍODO PÓS-REAL	38
4.1 CRESCIMENTO COM POUPANÇA EXTERNA PROBLEMAS ESTRUTURAIS DECORRENTES	38
4.2 PADRÃO DE ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA: A REPRIMARIZAÇÃO DA PAUTA DE EXPORTAÇÕES	41
4.3 SÍNTESE CONCLUSIVA.....	47
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
REFERÊNCIAS	51
APÊNDICE	55

1 INTRODUÇÃO

1.1 TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA

A América Latina apresentou um crescimento extraordinário de sua economia entre os anos de 1930 e 1970. Este crescimento envolveu a formulação de estratégias nacionais de desenvolvimento que incluíam a proteção da indústria nascente através de medidas como a substituição de importações e a realização de poupança forçada por parte do Estado. Dentro destas estratégias nacionais de desenvolvimento que foram chamadas de nacional-desenvolvimentismo, coube ao Estado o investimento em infraestrutura e em indústrias com alto risco e necessidade elevada de capital – consideradas básicas para o desenvolvimento da nação. A partir de 1950 pensadores como Raúl Prebisch, Celso Furtado e Ignácio Rangel participaram da formulação da escola estruturalista latino-americana, que possuía em seus elementos centrais críticas à lei das vantagens comparativas no comércio internacional e defendia a industrialização dos países em desenvolvimento (BRESSER-PEREIRA, 2012).

Foi baseado nestas ideias e formulando estratégias nacionais de desenvolvimento que o Brasil avançou em sua industrialização a partir da década de 1930, formando uma indústria diversificada, o que perdurou até meados da década de 1970, quando após o advento do milagre econômico (1967 – 1973) o país mergulha nos problemas de estabilidade de preços e endividamento externo, os quais iriam agravar-se ainda mais a partir da década de 1980, acompanhados por um baixo crescimento do produto, caracterizando a década de 1980 como uma década “perdida” (MODIANO, 1989 e BRESSER-PEREIRA, 2007). No Brasil esta década foi marcada pelos vários planos - formulados e fracassados - para o combate à inflação e pelo desequilíbrio fiscal e externo do país. É justamente neste cenário de profunda incerteza que ressurge o ideal liberal e “depois de dez anos de crise, em 1990 o Brasil rende-se ao Norte ou à onda neoliberal e globalista, que desde o início dos anos 1980 tomara conta dos Estados Unidos” (BRESSER-PEREIRA, 2007, p. 82).

Então, a partir do início da década de 1990, com o advento da abertura comercial e financeira da economia brasileira, o país substitui o modelo de crescimento desenvolvimentista - baseado em políticas nacionais - pelo modelo de crescimento através de poupança externa indicado pela ortodoxia, baseado em “políticas importadas”, formuladas com base no Consenso de Washington e atrelado a políticas de abertura comercial, liberalização da conta financeira, elevadas taxas de juros e câmbio sobrevalorizado (BRESSER-PEREIRA, 2007). A consequência deste processo é o início de um debate em

torno dos padrões de especialização produtiva da indústria brasileira e de inserção externa do país.

Para Coutinho (1997) o que passa a figurar é um fenômeno de transferência de força de trabalho para as indústrias de produtos básicos e a consequente reestruturação da pauta de exportações brasileiras em favor de bens com menor conteúdo mercadológico e tecnológico, que o autor denominou *especialização regressiva*. O corolário deste processo é a reprimarização da pauta de exportações brasileira que, a partir do início dos anos 2000 proporcionou uma redução da vulnerabilidade externa conjuntural do país, especialmente entre 2003 e 2007, quando o Brasil obteve sucessivos superávits comerciais – favorecidos pela alta dos preços internacionais das commodities (PINTO, 2011).

Entretanto, o fenômeno da reprimarização da pauta de exportações pode elevar a vulnerabilidade estrutural externa do país, o tornando dependente da demanda externa por produtos básicos – especialmente commodities - e do preço destes bens no mercado internacional, ficando vulnerável a uma possível reversão da conjuntura internacional (PINTO, 2011). É importante, portanto, que o Brasil tenha aproveitado a redução da vulnerabilidade externa conjuntural atingida no período de expansão da economia global – entre 2003 e 2007 – para reduzir também sua vulnerabilidade externa estrutural, especialmente através da diversificação de sua pauta de exportações. Desta forma, trazendo esta problemática para a realidade brasileira, emerge o seguinte questionamento: O Brasil aproveitou a oportunidade gerada redução da vulnerabilidade externa conjuntural da economia brasileira – favorecida pela relação entre a reprimarização da pauta de exportações brasileira e os ciclos de expansão da economia mundial e de alta dos preços internacionais das commodities – para reduzir também sua vulnerabilidade externa estrutural?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

O presente trabalho tem como objetivo geral a análise da vulnerabilidade externa conjuntural e estrutural da economia brasileira no período pós-real.

1.2.2 Objetivos Específicos

- 1) Realizar uma revisão teórica e conceitual sobre os fenômenos econômicos que explicam a vulnerabilidade externa;
- 2) Construir e analisar os indicadores referentes à vulnerabilidade externa conjuntural da economia brasileira no período pós-real;
- 3) Analisar a vulnerabilidade externa estrutural da economia brasileira no período pós-real.

1.3 JUSTIFICATIVA

A partir do início da década de 1990, com a abertura da economia brasileira, o país substituiu o modelo de crescimento desenvolvimentista - baseado em políticas nacionais - pelo modelo de crescimento através de poupança externa indicado pela ortodoxia convencional, baseado em políticas importadas, formuladas com base no Consenso de Washington e atrelado a políticas de liberalização da conta financeira, elevadas taxas de juros e câmbio sobrevalorizado. Este modelo de crescimento além de acarretar em uma especialização regressiva da indústria nacional e de uma reprimarização da pauta de exportações brasileira, torna o país refém de sistema baseado em juros alto e taxa de câmbio baixa, trazendo como consequência a instabilidade macroeconômica. Este modelo de crescimento com poupança externa torna o país vítima de déficits crônicos em conta corrente e dependente do influxo de capital estrangeiro para financiá-los (BRESSER-PEREIRA, 2007).

A reprimarização da pauta de exportações brasileira surge então como corolário das medidas liberais adotadas a partir do início da década de 1990 e traz uma grave consequência para a economia brasileira: A elevação da vulnerabilidade estrutural externa do país. (PINTO, 2011). Inicialmente este processo promoveu a redução da vulnerabilidade conjuntural externa do país, o que, entretanto, pode elevar a vulnerabilidade estrutural externa do país no longo prazo.

Este quadro indica uma situação de dependência externa da economia brasileira, necessitando de um cenário internacional favorável para criação e manutenção de um sistema macroeconômico estável que, para Bresser-Pereira (2007), é fundamental para promoção do desenvolvimento econômico. Assim, torna-se relevante a investigação da vulnerabilidade externa estrutural da economia brasileira e sua relação com a reprimarização da pauta de exportações - caracterizada pela especialização regressiva. Esta relação auxilia na

compreensão do funcionamento dos mecanismos que, por ora, engendram o crescimento econômico no Brasil. Permite ainda, verificar se a abertura econômica e o ciclo de expansão da economia mundial do início do século propiciaram, não só uma redução da vulnerabilidade externa conjuntural, mas uma redução da vulnerabilidade externa estrutural do país.

1.4 METODOLOGIA

Foi realizada neste trabalho uma pesquisa do tipo descritiva, abordando a relação entre a reprimarização da pauta de exportações brasileira após a abertura econômica, a redução da vulnerabilidade conjuntural e a tendência à vulnerabilidade estrutural externa do país. Neste tipo de pesquisa procura-se “conhecer a realidade estudada, suas características, seus problemas” (ZANELLA, 2011, p. 37). Para tanto, foi realizada pesquisa bibliográfica, utilizando livros, artigos, revistas, periódicos e notas técnicas. Foram utilizadas ainda fontes secundárias para obtenção de indicadores e índices econômicos, além da coleta de dados e séries estatísticas utilizadas na pesquisa, são elas: O banco de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEADATA; indicadores econômicos divulgados pelo Banco Central do Brasil - BACEN; dados divulgados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), através do Departamento de Estatística e Apoio à Exportação - DEAEEX; Banco de dados da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior – FUNCEXDATA; indicadores divulgados pelo Banco Mundial - *World Development Indicators* – (WDI); e Fundo Monetário Internacional – *World Economic Outlook Database* – (WEO). Os dados e informações coletadas foram analisados de forma estatística – quantitativa - e qualitativa.

O trabalho tem como período de análise o pós-real, tomando como base o período compreendido entre 1996 e 2013. A escolha do período se deu em função da estabilidade econômica atingida no país a partir deste período – construída a partir de 1994 com a implantação do Plano Real. Foram inseridas quebras de escala nos gráficos em que são apresentadas as séries estatísticas. As quebras foram inseridas no início dos anos 2000 e no ano de 2008, em virtude da reversão dos termos de troca em favor da economia brasileira e a crise financeira de 2008, respectivamente. Outras quebras de escala foram inseridas no ano de 1999 para captar a mudança do regime cambial e a desvalorização cambial ocorrida a partir deste ano.

Os indicadores de vulnerabilidade externa conjuntural utilizados no trabalho baseiam-se em Gonçalves (2005) e Filgueiras e Gonçalves (2007). O trabalho se ateve a explicar o

estado atual e o comportamento dos indicadores ao longo do tempo, sem realizar comparações com outros países. O quadro 01 apresenta os indicadores e o que permitem conhecer.

Quadro 1 – Relação dos indicadores de vulnerabilidade externa conjuntural utilizados e suas respectivas descrições.

Indicadores	Descrição
Serviço da dívida externa / (%) exportação	É um indicador tradicional de vulnerabilidade financeira externa. Expressa o comprometimento das receitas de comércio exterior com o serviço da dívida externa (montante destinado para pagamento de juros, amortizações de principal e despesas financeiras da dívida externa). Quanto mais elevado, maior a vulnerabilidade externa.
Dívida externa total (bruta) / (%) PIB	Indicador tradicional de vulnerabilidade externa. Expressa o nível de endividamento do país. Exclui estoque de principal, amortizações e juros relativos à intercompanhias. Contempla revisão na posição do endividamento de longo prazo do setor privado.
Dívida externa total líquida / (%) PIB	A dívida líquida é a dívida externa bruta deduzidas as reservas internacionais e haveres de bancos, bem como os créditos brasileiros no exterior. Exclui estoque de principal, amortizações e juros relativos à intercompanhias. Contempla revisão na posição do endividamento de longo prazo do setor privado.
Reservas internacionais (liquidez) / (%) dívida externa total	Indicador padrão de medida de liquidez. Revela a capacidade das reservas internacionais cobrirem a dívida externa total.
Dívida externa total / (%) exportação	Indicador tradicional do desequilíbrio de estoque causado pelo endividamento externo. Quanto mais elevado, maior a vulnerabilidade externa. Quanto menor este indicador, maior a capacidade do comércio exterior brasileiro de gerar saldos em moeda estrangeira.
Dívida externa total líquida / (%) exportação	Indicador tradicional de vulnerabilidade externa, expressando desequilíbrio de estoque. Quanto mais elevado, maior a vulnerabilidade externa. A dívida líquida é a dívida externa bruta deduzidas as reservas internacionais e haveres de bancos, bem como o crédito brasileiro no exterior.
Exportação de bens e serviços / (%) PIB	Esse coeficiente expressa o grau total de abertura comercial. Ele expressa o impacto do comércio exterior como fonte de expansão da demanda agregada. Quanto mais elevado, maior é o impacto da transmissão internacional dos ciclos econômicos sobre um determinado país e, portanto, maior a vulnerabilidade externa.
IED/ (%) PIB	É a importância relativa do valor do estoque do investimento externo direto (IED) no país. Pode ser visto como uma proxy para o grau de desnacionalização econômica, ou seja, do controle do aparelho produtivo pelos não residentes. Tendo em vista as inúmeras fontes de poder interno e externo das empresas transnacionais, quanto mais elevado esse grau, menor é a capacidade do país de resistir a pressões externas e, portanto, maior é a vulnerabilidade externa.

FONTE: Gonçalves (2005, p. 144-145), quadro 5. A.1; BACEN (2012) – Manual de estatísticas fiscais; BACEN (2014) – Indicadores fiscais.

Este trabalho está dividido em 5 capítulos, incluindo esta introdução. O capítulo 2 apresenta uma revisão teórica e conceitual sobre os fenômenos econômicos relacionados à vulnerabilidade externa e uma síntese do debate entre ortodoxia e a corrente novo-desenvolvimentista. No capítulo 3 é realizada uma análise a cerca da vulnerabilidade externa conjuntural da economia brasileira no período pós-real. Já o capítulo 4 apresenta uma análise sobre a vulnerabilidade externa estrutural da economia brasileira. Por fim, no capítulo 5 são realizadas as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo será desenvolvida uma revisão teórica e conceitual sobre os fenômenos econômicos relacionados à vulnerabilidade externa e que servem de base para sua explicação. Para tanto, o capítulo é dividido em duas subseções. Na subseção 2.1 será realizada uma síntese das ideias centrais da escola de pensamento estruturalista e, dos conceitos de especialização regressiva e reprimarização da pauta de exportações; liberalização financeira; e vulnerabilidade externa, abordando suas esferas conjuntural e estrutural. Este referencial servirá de balizador para a compreensão das formas de especialização produtiva e inserção externa da economia brasileira. Já na subseção 2.2 será abordado o debate entre a ortodoxia e o novo desenvolvimentismo. Estes conceitos estarão destacados ao longo do texto para melhor apreciação do leitor.

2.1 ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA E INSERÇÃO EXTERNA

Foi sob a vigência do desenvolvimentismo dos anos 1950, baseado no ideário da teoria econômica do desenvolvimento, que países de renda média como o Brasil, “industrializaram-se e tornaram-se competitivos internacionalmente no setor manufatureiro, deixando de se caracterizar por indústrias infantis e por estruturas incompletas capitalistas” (BRESSER-PEREIRA, 2007, p. 282). Celso Furtado e Raúl Prebisch, dois dos expoentes desta escola, foram responsáveis juntamente com outros notáveis pensadores latino-americanos, entre eles, Osvaldo Sunkel, Aníbal Pinto e Ignacio Rangel, pela formação da escola estruturalista latino-americana a partir dos anos 1950. Celso Furtado (1977, p. 83-84) assim define a escola estruturalista:

O estruturalismo econômico (escola de pensamento surgida na primeira metade dos anos 50 entre economistas latino-americanos) teve como objetivo principal pôr em evidência a importância dos ‘parâmetros não-econômicos’ dos modelos macroeconômicos. Como as variáveis econômicas dependem em grande medida desses parâmetros, e a natureza dos mesmos pode modificar-se significativamente em fases de rápida mudança social, ou quando se amplia o horizonte temporal da análise, os mesmos devem ser objeto de metódico estudo. Essa observação é particularmente pertinente com respeito a sistemas econômicos heterogêneos, social e tecnologicamente, como é o caso das economias subdesenvolvidas [...]. Como esses fatores ‘não-econômicos’ – regime de propriedade da terra, controle das empresas por grupos estrangeiros, existência de uma parte da população “fora” da economia de mercado – integram a matriz estrutural do modelo com que trabalha o economista, aqueles que deram ênfase especial ao estudo de tais parâmetros foram chamados de “estruturalistas”.

Esta escola possuía em seus elementos centrais, críticas à lei das vantagens comparativas no comércio internacional e defendia a industrialização dos países em desenvolvimento (BRESSER-PEREIRA, 2007). Segundo Prebisch (1949), os países em desenvolvimento possuíam no antigo esquema da divisão internacional do trabalho o papel específico de produtores e fornecedores de produtos básicos aos países centrais, em um sistema econômico baseado na relação centro-periferia. De forma sucinta, a relação centro-periferia é explicada pela divisão internacional do trabalho até então vigente e está relacionada com a forma de propagação do progresso técnico na economia mundial, onde nos centros se propaga de forma relativamente rápida para a totalidade da estrutura produtiva e na periferia difunde-se primeiramente para as atividades primário-exportadoras, coexistindo com setores atrasados em relação à incorporação das novas técnicas produtivas, formando uma economia dual (RODRIGUEZ, 2009). São reflexos desta estrutura o abundante subemprego, a tendência à deterioração dos termos de troca e a tendência ao desequilíbrio externo das economias situadas no polo periférico.

A tendência ao desequilíbrio externo sob a ótica estruturalista se apoia na hipótese da disparidade entre as elasticidades-renda da demanda das importações do centro e da periferia, onde nos países centrais “o ritmo de aumento da demanda de importações é reduzido em comparação com o aumento do ritmo de crescimento de sua renda” (RODRIGUEZ, 2009, p. 100). A incorporação do progresso técnico tem papel chave nesta interpretação, especialmente sobre a utilização dos insumos e sobre o consumo. No centro, a incorporação e difusão do progresso técnico proporcionam um maior e melhor aproveitamento das matérias-primas, bem como sua substituição por produtos sintéticos, diminuindo a necessidade de importação.

Já em relação ao consumo, Furtado (1977, p. 246 – 247) destaca o seguinte:

Um aspecto fundamental, em geral deixado na sombra, está em que os países “periféricos” ao especializar-se transformavam-se em importadores de *novos bens de consumo* [grifo do autor], fruto do progresso tecnológico nos países “cêntricos”. Isto se dava, pois a elevação da produtividade nos países subdesenvolvidos não se traduzia em uma aumento da taxa de salário; mas trazia consigo um aumento em gastos no consumo e mudança qualitativa do padrão de vida de uma minoria proprietária e dos grupos urbanos profissionais e burocráticos. Desta forma, o desenvolvimento passou a ser confundido com a importação de certos padrões culturais, ou seja, com a *modernização* [grifo do autor] dos estilos de vida.

No centro, o crescimento da renda chega a um limite onde o incremento da demanda por produtos primários e básicos torna-se lento, deslocando-se para produtos mais elaborados e com maior conteúdo tecnológico, promovendo um limite externo para o crescimento das

exportações de produtos primários do polo periférico, resultando em sucessivos déficits comerciais que prejudicam a capacidade de importar dos países periféricos. Para evitar estes déficits e permitir a continuidade da expansão na periferia se faz necessária uma alteração na composição das importações, reduzindo a importação de algumas categorias de elaboração mais simples e aumentando a de bens mais elaborados – especialmente de bens de capital (RODRIGUEZ, 2009). Prebisch (2000, p. 119) corrobora com o exposto destacando que “seja como for, a necessidade de modificar a composição de importações parece indispensável para dar prosseguimento à industrialização”. A tendência ao desequilíbrio externo sob a ótica estruturalista está relacionada à conjuntura econômica, vinculada às “oscilações do valor das exportações e da capacidade para importar, que em certos períodos facilitam o processo de industrialização e em outros exigem perseverança no esforço de substituição das importações em que esse processo consiste” (RODRIGUEZ, 2009, p. 105).

De acordo com Rodriguez (2009), a Escola Estruturalista tem como foco de sua análise a dinâmica das estruturas ocupacionais e produtivas das economias periféricas. Para análise da parte ocupacional das economias esta escola de pensamento apoia-se no conceito de *heterogeneidade estrutural*, que se caracteriza pela “coexistência de emprego e subemprego, constituídos respectivamente, pela mão de obra ocupada em níveis de produtividade elevados [...] e por vastos contingentes de força de trabalho cuja produtividade é muito reduzida” (RODRIGUEZ, 2009, p. 42). Ainda de acordo com o autor, à medida que as economias vão se transformando e passando de economias agrícolas para industriais, proporcionam modificações em seu padrão de especialização estrutural, que nas economias periféricas, em um primeiro momento, foi caracterizado pela dependência por longos períodos de seus setores primário-exportadores.

No caso brasileiro, como já mencionado anteriormente, o país avançou em sua industrialização a partir da década de 1930, provocando alterações no padrão de especialização de sua estrutura produtiva, logrando até a década de 1970 uma indústria diversificada, quando os problemas de estabilidade de preços e endividamento externo – agravados na década de 1980 -, contribuíram para a ascensão da onda neoliberal, marcando a ruptura do pacto nacional-desenvolvimentista até então vigente (BRESSER-PEREIRA 2007).

A abertura comercial e financeira pela qual passou a economia brasileira a partir do início da década de 1990 – favorecida pela crise da dívida e inflação, ambos agravados na década de 1980 - promoveu uma especialização regressiva da indústria brasileira, entendida como a especialização da estrutura produtiva em bens básicos, estimulada em grande medida pela perda de competitividade dos complexos industriais de alto valor agregado e conteúdo

tecnológico (COUTINHO, 1997). Ainda segundo o autor, a competitividade se manteve “apenas nos setores produtores de *commodities* de elevada escala de produção, baixo valor agregado, intensivas em recursos naturais, insumos agrícolas e energia” (COUTINHO, 1997, p. 105). Este fenômeno apresenta um problema de longo prazo para a economia brasileira: A reprimarização da pauta de exportações, “aqui entendida como o aumento da participação relativa dos produtos básicos para exportação decorrente, em boa medida, da especialização regressiva da estrutura industrial nacional” (PINTO, 2011, p. 47-48).

A reprimarização da pauta de exportações representa assim, uma nova alteração no padrão de especialização produtiva do país, que passa a refletir um novo padrão de desenvolvimento industrial e isso “possui consequências relevantes sobre o comportamento do setor externo” (RODRIGUEZ, 2009, p. 43). Para o autor a expansão industrial nos países periféricos os auxilia no processo de alteração de seu padrão de especialização produtiva primário-exportador e na configuração de um sistema de ocupação com acesso da força de trabalho às atividades com produtividade elevada, abrindo caminho para correção do problema de heterogeneidade estrutural destas economias. Desta forma, a reprimarização da pauta de exportações configura-se como um retrocesso para a correção dos problemas das estruturas produtiva e ocupacional dos países em desenvolvimento.

Com relação ao setor externo Rodriguez (2009) destaca que a mudança do padrão de especialização estrutural de um país periférico é acompanhada de seu atraso tecnológico e por uma menor produtividade frente aos países centrais, culminando na dificuldade de expansão das exportações de bens industriais. Essa dificuldade para exportação de bens industriais não chega a ser compensada pela exportação de bens primários devido ao baixo dinamismo destes últimos, havendo assim uma tendência a um déficit comercial crônico que pode ser financiado em parte através de financiamento externo, porém “tal tendência se configura assim, como a base de uma restrição ao crescimento do produto que o conjunto das contas externas (a balança de pagamentos) termina por impor” (RODRIGUEZ, 2009, p. 44). Por outro lado, o crescimento é também afetado pela heterogeneidade estrutural, através da dificuldade para se reabsorver o subemprego em novas condições de produtividade elevada, o que limita a geração de excedentes e influi de forma negativa no ritmo de crescimento do produto (RODRIGUEZ, 2009). Desta forma, o crescimento é afetado tanto pela vulnerabilidade externa conjuntural e financeira, quanto pela vulnerabilidade externa estrutural dos países. Torna-se necessária então, a análise dos conceitos de vulnerabilidade externa.

A globalização financeira e comercial hoje praticada, caracterizada pela liberalização dos mercados e abertura da conta de capitais dos países, provocou uma grande evolução nos

fluxos internacionais de bens, serviços e capitais; a interdependência dos mercados nacionais, com o crescente grau de abertura externa das economias; e o acirramento da competição, não só entre as empresas, mas entre os Estados-nacionais em seu limite, que buscam estratégias de desenvolvimento cada vez mais ligadas às estratégias de inserção externa. (BRESSER-PEREIRA, 2007 e GONÇALVES, 2003). A liberalização pode ser entendida como o conjunto de medidas que visam o afrouxamento das normas reguladoras do mercado, a redução das barreiras comerciais e dos mecanismos de controle à entrada de capital externo nos mercados nacionais. (GONÇALVES, 2003). Esta maior liberdade para o fluxo internacional de capitais somada às – cada vez mais frequentes – inovações financeiras, promovem uma maior volatilidade destes fluxos, causando “efeitos macroeconômicos importantes sobre os países [...] Ao fim e a cabo, a volatilidade dos fluxos internacionais cria um problema de vulnerabilidade externa para as economias nacionais”. (GONÇALVES, 1998, p. 9).

Para Gonçalves (2003), o conceito de vulnerabilidade externa pode ser definido como a razão inversa da capacidade de resistência e resposta das economias nacionais a choques externos – ou a fatores desestabilizadores. A vulnerabilidade externa possui duas dimensões igualmente importantes:

(...) A primeira envolve as opções de resposta com os instrumentos de política disponíveis; e a segunda incorpora os custos de enfrentamento ou de ajuste frente aos eventos externos. Assim, a vulnerabilidade externa é tão maior quanto menores forem as opções de política e quanto maiores forem os custos do processo de ajuste (GOLÇALVES, 1998, p. 9).

O autor destaca duas formas pelas quais a vulnerabilidade externa se expressa, são elas: vulnerabilidade externa conjuntural e vulnerabilidade externa estrutural. A vulnerabilidade externa estrutural se caracteriza pela resistência a longo prazo a choques externos e fatores desestabilizadores, e por isso, “expressa características estruturais da economia como: estrutura produtiva, padrão de comércio exterior, eficiência sistêmica, dinamismo tecnológico, robustez financeira e institucional” (GONÇALVES, 2013, p. 111). Por ser estrutural esse fenômeno pode ser verificado, por exemplo, pela capacidade de crescimento sustentado acima da média mundial em longos períodos. Já a vulnerabilidade conjuntural está associada à vulnerabilidade financeira, que se expressa através da quantidade de ativos e passivos que o país possui denominados em moeda estrangeira, sendo assim, a diminuição da dependência dos fluxos financeiros internacionais é fundamental para a redução deste tipo de vulnerabilidade. Desta forma, o conceito de vulnerabilidade externa financeira está interligado ao conceito de vulnerabilidade externa conjuntural, pois impactos

conjunturais como alterações da taxa de juros, taxa de câmbio e dos fluxos de comércio internacional e de investimentos externos, podem influenciar diretamente e no curto prazo, o grau de endividamento do país, além de poderem gerar fuga de capitais, com risco de crises cambiais e de balanço de pagamentos. É, portanto, um fenômeno de curto prazo e depende positivamente das opções de políticas disponíveis e negativamente dos custos do ajustamento externo (GONÇALVES, 2008 e GONÇALVES 2013).

A partir da década de 1990, como já mencionado anteriormente, a “cartilha” ortodoxa passou a apresentar a abertura da conta de capitais como solução para o desenvolvimento econômico dos países em desenvolvimento. O acesso à poupança externa seria então a melhor forma de crescimento para estes países e a receita era simples:

Bastaria que adicionassem ao ajuste fiscal e à abertura comercial a abertura da conta de capitais, para assim, se credenciar para receberem poupança externa. Em outras palavras, à globalização comercial que já estava em pleno curso, e que interessava aos países de renda média, a ortodoxia convencional anunciava que era necessário acrescentar a globalização financeira e assim “completar as reformas”. Poupança externa tornava-se a ideia central dos novos tempos: em lugar do “desenvolvimento *cum* dívida” dos anos 1970, teríamos agora o “desenvolvimento *cum* poupança externa”; ou seja, teríamos a mesma coisa (aumento da dívida externa financeira ou patrimonial) com outras palavras e com novos instrumentos financeiros – em vez de empréstimos realizados pelos bancos, emissão de títulos. (BRESSER-PEREIRA, 2007, p. 133).

Esta ideologia parte do pressuposto de que os países em desenvolvimento não possuem recursos suficientes para financiar seu desenvolvimento e, desta forma, são dependentes do influxo de recursos externos. Sendo assim, a ortodoxia prega que, se cumpridas as orientações de ajuste fiscal e reformas “pró-mercado”, os países desenvolvidos estariam “dispostos” a financiar o desenvolvimento dos países em desenvolvimento. A abertura da conta de capital incentivaria o comportamento disciplinado dos governos, principalmente no âmbito macroeconômico, a fim de atrair capital estrangeiro para o país e, dependendo do comportamento dos países, a poupança externa poderia vir mais – ou menos – sob a forma de investimentos diretos (BRESSER-PEREIRA; NAKANO, 2003 e BRESSER-PEREIRA, 2007). Um ponto importante a ser destacado é que o financiamento sendo feito com investimento direto, se realizado com garantias de que o recurso “em termos líquidos, seria usado para aumentar a taxa de acumulação de capital, haveria ainda uma justificativa, mas essa garantia não existe para recursos financeiros fungíveis” (BESSER- PEREIRA, 2007, p. 134).

De acordo com Kregel (2004), o investimento direto é tido como a melhor alternativa para recebimento de poupança externa, principalmente devido às experiências da década de

1990 com os investimentos de portfólio, que acabaram deflagrando crises cambiais em países em desenvolvimento. Esta visão se baseia no fato de que o IDE não possui as taxas de juros pré-fixadas como nos empréstimos bancários, nem a volatilidade dos investimento de portfólio. O autor discorda desta visão e salienta que as constantes inovações financeiras fazem com que as companhias se transformem em “*commodities* negociadas diariamente em mercados de controle corporativo” (KREGEL, 2004, p. 39). Desta forma, o IDE não se configura mais em um investimento permanente e, além disso, os investidores investem sempre visando uma contrapartida, que no caso do investimento direto se configura no lucro, que representam um ônus direto sobre as reservas quando registrados como saída da conta corrente. Este pensamento é representado pela seguinte citação:

Enquanto os fluxos de portfólio podem ter um impacto mais direto no gerenciamento de reservas e nas políticas de taxas de câmbio de curto prazo, o IDE pode tanto ter uma influência de curto quanto de longo prazo, estrutural, sobre a composição dos fluxos de pagamento externo de um país. Conquanto as inovações financeiras tornem o impacto de curto prazo do IDE cada vez mais similar aos fluxos de portfólio em termos de volatilidade, o aspecto mais importante é o modo como a posição verdadeira do balanço de pagamentos de um país e a sustentabilidade de qualquer combinação específica de políticas podem ser encobertas (KREGEL, Jan A., 2004, p. 48).

A lógica central por trás deste modelo de crescimento é, portanto, de que os países em desenvolvimento devem crescer através do déficit em conta corrente. O déficit em conta corrente, segundo Bresser-Pereira (2007) é o primeiro estágio do modelo de crescimento com poupança externa, quando ocorre a substituição de poupança interna por poupança externa. O problema é que estes déficits tornam-se sucessivos e a dívida patrimonial cresce – derivada dos investimentos diretos – e, é neste segundo estágio que o país, de acordo com o autor:

Torna-se endividado, fragilizado financeiramente e, por isso mesmo, dependente financeiramente do exterior [...]; em consequência, o país se vê ou se sente compelido à prática da política do *confidence building*, ou seja, a adotar recomendações vindas dos credores sem submetê-las à devida crítica com base no critério do interesse nacional (BRESSER-PEREIRA, 2007, p. 140).

De Paula e Alves Jr. (2004) destacam que o modelo de crescimento com poupança externa é altamente dependente do ingresso de capital externo para financiamento dos déficits em conta corrente, o que tende a agravar a fragilidade financeira externa do país que a adota, o tornando cada vez mais dependente de financiamento externo para cobrir os sucessivos déficits em conta corrente. Desta forma, o país torna-se vulnerável a possíveis reversões no influxo de capital externo. Gonçalves (2013) possui a mesma visão em relação à dependência

dos fluxos financeiros internacionais e alerta que a menor dependência em relação a este fluxo é fundamental para redução da vulnerabilidade externa estrutural do país.

De acordo com Bresser-Pereira e Nakano (2003), essa estratégia de crescimento foi aceita como verdadeira por quase todos os países latino-americanos e adotada pela maioria a partir dos anos 1990, sendo classificada como uma estratégia “dependente” pelos autores, justamente por depender da entrada de capitais para financiar os déficits em conta corrente. Esta dependência, segundo os autores, faz com que a política macroeconômica desses países responda na maior parte do tempo aos sinais do mercado financeiro. Os autores apontam como problemas decorrentes desta estratégia de crescimento a sobrevalorização do câmbio e as elevadas taxas de juros que favorecem os investimentos no mercado financeiro – em busca de ganhos de arbitragem – em detrimento do investimento produtivo.

Foi dentro deste contexto que o Brasil promoveu a abertura de sua economia no início dos anos 1990 e, como corolário deste processo, a mudança dos padrões de especialização produtiva e de inserção externa do país, acarretando na reprimarização da pauta de exportações e no aquecimento do debate em torno de uma possível desindustrialização no Brasil. De acordo com Rowthorn e Ramaswany (1999 apud OREIRO; FEIJÓ, 2010, p. 220) o conceito clássico de desindustrialização pode ser definido “como sendo uma redução persistente do emprego industrial no emprego total de um país ou região”. Tregenna (2009 apud OREIRO; FEIJÓ, 2010, p. 221), reformulou este conceito de desindustrialização o tornando mais abrangente, sendo caracterizado então pela redução da proporção da participação não só do emprego industrial no emprego total, mas também do valor adicionado da indústria no PIB. Baseando-se nestes conceitos pode-se inferir que “uma economia não se desindustrializa quando a produção industrial está estagnada ou em queda, mas quando o setor industrial perde importância como fonte geradora de empregos e/ou de valor adicionado para uma determinada economia” (OREIRO; FEIJÓ, 2010, p. 221).

O processo de desindustrialização não está necessariamente atrelado à reprimarização da pauta exportadora, podendo ser acompanhada inclusive, de uma ampliação da participação de produtos de maior conteúdo tecnológico e mercadológico, o que seria então, uma desindustrialização de sentido “positivo” (OREIRO; FEIJÓ, 2010). Já para Cano (2012), quando a indústria de transformação atinge sua maturidade, com os bens de capital ocupando entre 30% e 40% de seu produto, a urbanização e industrialização passam a demandar o avanço e diversificação do setor de serviços e, quando a economia atingir este padrão, é natural que a estrutura produtiva e do emprego passem a se mover na direção do setor de serviços. Assim, é natural que este setor cresça mais que a agricultura e a indústria, com esta

última perdendo peso relativo em relação ao setor de serviços, sendo que “isto é o que se deve entender por desindustrialização num sentido positivo ou normal” (CANO, 2012, p. 2).

No entanto, Oreiro e Feijó (2010) alertam que a desindustrialização pode ser negativa, quando acompanhada de uma reprimarização da pauta de exportações, podendo ser um sintoma da “doença holandesa”, definida por Bresser-Pereira (2007, p. 116) como uma falha de mercado que:

[...] ocorre quando o custo dos produtos que se beneficia das “rendas” derivadas dos recursos naturais se torna muito baixo, de modo que sua exportação é compatível com uma taxa de câmbio baixa – no caso do petróleo, muito baixa - que inviabiliza a produção de outros bens comercializáveis internacionalmente, mesmo que esses produtos estejam usando métodos de produção no estado-da-arte da tecnologia.

Este tipo de desindustrialização, impulsionado pela doença holandesa, é também chamado de desindustrialização precoce, “uma vez que a mesma se iniciaria a um nível de renda per capita inferior ao observado nos países desenvolvidos quando os mesmos iniciaram o seu processo de desindustrialização” (OREIRO; FEIJÓ, 2010, p. 223). Segundo Bresser-Pereira (2007), em países ricos a desindustrialização promove a transferência de mão de obra para setores de maior conteúdo tecnológico e mercadológico, enquanto que no Brasil a desindustrialização é regressiva, em consequência da doença holandesa, com transferência de mão de obra para setores de menor conteúdo tecnológico e menor valor adicionado, que acarreta em uma desindustrialização prematura.

Este cenário é consequência também da submissão do país às políticas impostas a partir do Consenso de Washington e da adoção destas por seus governantes. Entre estas políticas destacam-se a alta taxa de juros praticada, câmbio apreciado e a substituição do modelo de crescimento desenvolvimentista por um modelo de crescimento com poupança externa, indicado pelos defensores dos ideais liberais. Neste contexto, como destacam Oreiro e Feijó (2010) pode-se observar duas correntes diferentes, de um lado a corrente “Novo-desenvolvimentista”, que acredita na ocorrência de um processo de desindustrialização na economia brasileira, intensificada pelo advento da abertura comercial e financeira, e utilização de políticas baseadas em taxas de juros elevadas e câmbio sobrevalorizado. Do lado oposto situa-se a corrente “ortodoxa” que não aceita esta tese, defendendo que a abertura e as políticas adotadas pós-estabilização econômica tornaram possível o início de uma reestruturação produtiva a favor das indústrias eficientes e competitivas, tudo dentro da lógica do mercado, onde somente os ineficientes seriam eliminados (CARNEIRO, 2003).

2.2 A ORTODOXIA E NOVO DESENVOLVIMENTISMO

Durante a década de 1970 ocorre a crise econômica nos países centrais, abrindo o espaço necessário para os ideais neoliberais voltarem à condição de *mainstream* (GALA; BRESSER-PEREIRA, 2010). Os autores destacam ainda que:

[...] enquanto isso ocorria no centro do mundo capitalista, a teoria estruturalista entrou em crise na América Latina, primeiro, porque, desde o final dos anos 1960, foi desafiada internamente pela teoria da dependência, e, segundo, porque, nos anos 1980, a grande crise da dívida externa causada pela política de crescimento com poupança externa tornou os países da região vulneráveis à nova hegemonia conservadora e à suas propostas de reforma institucional e de políticas econômicas: o consenso de Washington (GALA; BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 664).

No Brasil, como já citado anteriormente, os ideais neoliberais emergiram ao final da década de 1980 trazendo consigo uma receita de crescimento diferente da até então vigente no país, substituindo o modelo desenvolvimentista pelo crescimento através de poupança externa. Esta reviravolta no modelo de crescimento marca também o início de um novo debate sobre os rumos que tomara a economia brasileira. De um lado, a chamada ortodoxia posicionasse a favor dos ideais liberais e, portanto, das mudanças praticadas. De outro lado, aparece a corrente novo desenvolvimentista, posicionando-se contra muitas das medidas implantadas, dentre elas, conforme destaca Bresser-Pereira (2007), a velocidade da abertura da conta de capitais, as elevadas taxas de juros e sobrevalorização do câmbio. Esta seção procura apontar as críticas realizadas a este novo modelo de crescimento que se inicia no Brasil a partir da década de 1990 e os principais argumentos de defesa destacados pela ortodoxia.

O novo modelo de crescimento baseia-se basicamente na abertura comercial e da conta de capitais – que se aprofundaram após a implantação do Plano Real e estabilização. Na visão novo desenvolvimentista, as taxas de juros praticadas a partir de então foram demasiadamente elevadas e câmbio sobrevalorizado, o que prejudicou a competitividade do país sob esta ótica. Estas políticas foram indicadas aos países em desenvolvimento a partir do Consenso de Washington¹.

Este conjunto de diagnósticos e recomendações que os países desenvolvidos fazem aos países em desenvolvimento é chamado por Bresser-Pereira (2007) de ortodoxia convencional e representa segundo o autor, uma tentativa de neutralização de seu desenvolvimento, com

¹ Ver Williamson (1992); Williamson (1993); Bresser-Pereira e Nakano (2003).

caráter neo-imperialista. Já Filgueiras e Gonçalves (2007) chamam este modelo de modelo liberal periférico e assim o definem:

O modelo é liberal porque é estruturado a partir da liberalização das relações econômicas internacionais nas esferas comercial, produtiva, tecnológica e monetário-financeira; da implementação de reformas no âmbito do Estado (em especial na área da Previdência Social) e da privatização de empresas estatais, que implica reconfigurar a intervenção estatal na economia e na sociedade; e de um processo de desregulação do mercado de trabalho, que reforça a exploração da força de trabalho. O modelo é periférico porque é uma forma específica de realização da doutrina neoliberal e da sua política econômica em um país que ocupa posição subalterna no sistema econômico internacional [...] e se caracteriza por significativa vulnerabilidade externa estrutural nas suas relações econômicas internacionais. Por fim, a dinâmica macroeconômica do modelo subordina-se à predominância do capital financeiro e da lógica financeira (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007, p. 22).

Já o diagnóstico neoliberal, segundo Carneiro (2003, p. 309) era de que “o desenvolvimentismo teria sido responsável pela crescente perda de dinamismo das economias latino-americanas, especialmente no que diz respeito à incapacidade de manter o ritmo de incorporação do progresso técnico e do aumento de produtividade”. Para os defensores deste novo modelo de crescimento – a partir de agora denominados somente de *ortodoxia* – o Brasil demorou a pegar o “bonde” da globalização, praticando políticas industriais e comerciais pró-mercado interno, baseadas na substituição de importações e na autossuficiência, visando superávits comerciais. Estas políticas eram consideradas inconsistentes com a nova tendência mundial: a internacionalização da produção (FRANCO, 1999). Com relação ao câmbio e à competitividade, a ortodoxia destaca que a cobrança por uma taxa de câmbio “competitiva” não refletia uma medida de competitividade adequada. A citação a seguir resume a visão do autor.

Na pesada estrutura de proteção em vigor até 1990 mantinham-se incentivos à ineficiência, oriundos notadamente da ausência de competição, que levaram à estagnação da taxa de crescimento da produtividade [...]. Não se deve esquecer, por um lado, que a produtividade é o melhor indicador, quando se trata de nações, para definir o nível de competitividade [...]. à luz dessas considerações, é de se esperar que, com a abertura e as transformações dela decorrentes, o país caminhe para níveis maiores de produtividade, ou seja, mude progressivamente a natureza de sua competitividade (FRANCO, 1999, p. 51-53).

Barros e Goldenstein (1997) alertam para a ocorrência simultânea de quatro processos distintos na década de 1990 e que deveriam ser considerados pelos críticos do modelo, são eles: globalização, abertura da economia, estabilização e privatização. Estes quatro processos promoveriam a ampliação da concorrência; a busca pela eficiência; a ampliação do mercado

consumidor; e a volta do crédito. A interação destes processos provocaria uma reversão positiva das decisões de investimento, pois os agentes voltariam a ter confiança a médio e longo prazo. Desta forma, é normal que no início os investimentos sejam direcionados para a compra de empresas nacionais tradicionais, até mesmo pelo nível mínimo de escala e produtividade que os processos de abertura e globalização impõem. As empresas estrangeiras precisam primeiro testar o mercado brasileiro e a aceitação de seus produtos, sendo natural a ampliação das importações num primeiro momento. Já em uma segunda etapa, podem iniciar investimentos em novas plantas, com a importação de máquinas e equipamentos para tal. Mas somente em uma terceira fase de investimentos é que a nova indústria reduzirá o nível de importações e poderá, dependendo do setor de atuação, tornar-se exportadora. Ainda para os autores, as críticas ao novo modelo de crescimento adotado, apesar de coerentes, apresentam a falha de se basearem em análises estáticas, destacando o seguinte:

A principal crítica que vem sendo feita ao Plano Real é a que condenaria o Brasil a continuar com baixas taxas de crescimento. Isto porque, segundo as críticas, a opção por uma âncora cambial teria resultado em uma valorização da taxa de câmbio que incentivaria quedas substanciais de nossas exportações e estimularia as importações [...]. Mais ainda, a necessidade de financiar as importações, as quais, independentemente do nível de crescimento da economia, estariam estimuladas pela valorização cambial, nos obrigaria a manter elevadas taxas de juros como forma de atração do capital estrangeiro, o que contribuiria para a manutenção de baixos patamares de crescimento [...]. Apesar da coerência de seus argumentos, esta crítica tem uma falha básica, pois parte do suposto de que tudo o mais na economia está constante (BARROS; GOLDENSTEIN, 1997, p. 14-15).

Na visão ortodoxa, esse processo ocasiona uma mudança no paradigma produtivo, pois o fechamento da economia proporcionava uma reserva de mercado para as empresas já instaladas no país e, de certa forma, as desobrigava da realização de novos investimentos e da busca por redução de custos, já que sem concorrência, repassavam-se quaisquer reflexos negativos da produção para os preços. Assim, há uma ruptura com o paradigma baseado na ineficiência, fazendo com que as empresas nacionais mudem sua mentalidade e busquem a eficiência através de sua reestruturação, visando o aumento de produtividade e, por conseguinte, de sua competitividade (BARROS; GOLDENSTEIN, 1997 e GOLDENSTEIN, 1998). Os autores entendem que este é um “processo doloroso por implicar uma certa concentração e desnacionalização, mas que, entretanto, é um processo positivo [...] porque está permitindo não só a consolidação da estabilização, mas também a construção das bases para a retomada de um crescimento sustentado” (BARROS; GOLDENSTEIN, 1997, p. 27).

Carneiro (2003) discorda desta visão do processo e ressalta que a adoção deste novo modelo de crescimento, seria na concepção neoliberal, uma via de mão dupla, promovendo

maior concorrência através da elevação do nível de importações e, por outro, uma reestruturação e modernização do parque fabril brasileiro, gerando maior competitividade e melhor inserção externa do país. Porém, o sentido desta reestruturação, que deveria corresponder a uma elevação do coeficiente de exportação que compensasse a elevação do coeficiente importado, não ocorreu. Desta forma, a reestruturação produtiva prometida, que eliminaria o esquema tradicional da divisão do trabalho do tipo centro-periferia, em síntese, resultou em uma especialização regressiva, como destaca o autor:

Essa especialização, cujo significado maior foi a perda de densidade produtiva nos setores responsáveis pela reprodução do capital, marca o antagonismo claro com o processo histórico de crescimento da economia brasileira cuja trajetória, até os anos 80, havia sido de diversificação e redução da dependência de importações, incluindo os setores de meios de produção. Significa também que o crescimento da economia nacional passa a depender mais fortemente das importações e, portanto, da qualidade de sua inserção externa (CARNEIRO, 2003, p. 316).

O novo desenvolvimentismo surge no debate como uma terceira alternativa – entre o velho desenvolvimentismo e o Consenso de Washington do ideário neoliberal - “essencialmente nacionalista, identificado com os interesses nacionais, mas um nacionalismo democrático, liberal, social e republicano”. (BRESSER-PEREIRA, 2007, p. 279). O novo desenvolvimentismo não é uma teoria econômica, mas uma estratégia nacional de desenvolvimento baseada essencialmente na macroeconomia keynesiana e na teoria econômica do desenvolvimento. O novo desenvolvimentismo seria assim, a alternativa para que os países de renda média como o Brasil rejeitem as políticas e medidas impostas pelos países desenvolvidos que, conforme já mencionado anteriormente, caracterizam a ortodoxia convencional e alcancem a estabilidade macroeconômica, necessária para o desenvolvimento econômico (BRESSER-PEREIRA, 2007).

Esta corrente concorda que o modelo desenvolvimentista não gerou ao país a estabilidade macroeconômica necessária para promover o crescimento sustentado e seu desenvolvimento. Entende ainda, que a saúde financeira do Estado é uma das condições de estabilidade necessárias para tal. Entretanto, sua crítica à ortodoxia é mais contundente no que tange à abertura da conta de capitais – crescimento com poupança externa - e às taxas de câmbio e de juros - que são dois dos indicadores de instabilidade macroeconômica para esta corrente. Para os novo desenvolvimentistas os juros elevados reduzem os investimentos e podem implicar em uma maior carga tributária e deterioração fiscal; já câmbio apreciado reduz as exportações, os investimentos e a poupança, aumentando em contrapartida as

importações e o consumo, o que deixaria o país sob a recorrente ameaça de crise no balanço de pagamentos (BRESSER-PEREIRA, 2007).

No modelo desenvolvimentista, conforme destaca Brasser-Pereira (2007), o Estado possuía um papel central em poupança forçada e no investimento em empresas, era protecionista e possuía alguma complacência com a inflação. E este é um dos alvos da crítica ortodoxa, pois rejeitam a elevada participação do gasto público no PIB, especialmente a partir dos anos 1970, que fora acompanhado de desequilíbrio fiscal e elevado índice de inflação. Franco (1999) ressalta ainda que a inflação era aceita tacitamente, uma vez que, mesmo sendo um problema, não era combatida por ser considerada um fruto de desequilíbrios estruturais e que os instrumentos “convencionais” de combate não surtiriam efeitos. Ainda segundo o autor, é curioso que:

[...] o desenvolvimentismo brasileiro tenha conseguido preservar em torno de si a aura de projeto nacional redentor e, com isso, tenha logrado distanciar-se de alguns dos principais problemas que criou, como a concentração de renda que, curiosamente, não é vista como uma decorrência da aplicação, durante várias décadas, de um imposto sobre o pobre – a inflação (FRANCO, 1999, p. 222).

O novo desenvolvimentismo corrobora com a crítica ortodoxa ao desequilíbrio fiscal e ao endividamento público. Entretanto, faz dura crítica à complacência ortodoxa ao endividamento externo ocasionado pela abertura da conta de capitais e incentivo ao crescimento com poupança externa. O Estado ainda possui um papel importante para a corrente novo desenvolvimentista, porém subsidiário nas atividades de poupança e investimento em empresas (BRESSER-PEREIRA, 2007). Além disso, o autor destaca que o Estado não possui complacência com a inflação dentro desta corrente e que deve ser exportador e realista, ao invés de protecionista e pessimista como o Estado presente no antigo desenvolvimentismo. Portanto, a abertura comercial não é o grande problema para a corrente novo desenvolvimentista, pelo contrário, é vista inclusive como positiva, desde que o país possua uma taxa de câmbio competitiva que lhe proporcione uma inserção externa ativa no processo de globalização. A grande preocupação desta corrente é com a abertura da conta de capitais e a forma como se deu.

Para Gonçalves (2013, p. 55), com relação à inserção internacional, o Brasil “inseriu-se passivamente no processo de globalização, que começou precisamente no início dos anos 1980”. Conforme destacado pelo autor, o país desregulamentou sua economia frente à expansão dos fluxos internacionais de bens, serviços e capital. Essa desregulamentação se deu sob as esferas comercial, produtiva, tecnológica, monetária e financeira. O modelo liberal

periférico – assim denominado por Filgueiras e Gonçalves (2007) e já conceituado anteriormente – é considerado pelo autor como o nacional desenvolvimentismo “às avessas”, ou seja, com o “sinal trocado”, comprometendo estruturalmente o desenvolvimento do país a longo prazo, uma vez que:

[...] os processos de liberalização foram passivos e colocaram o país a reboque das transformações globais. O resultado imediato foi o aumento da vulnerabilidade externa estrutural do país, ou seja, houve redução da capacidade de resistência a pressões, fatores desestabilizadores e choques externos [...]. Naturalmente, nas fases ascendentes da economia mundial há a ilusão de melhoria. Entretanto [...], a melhora conjuntural não afasta o problema central, que é a elevada vulnerabilidade externa estrutural da economia brasileira. O fato é que a inserção passiva, as políticas econômicas e as diretrizes do novo modelo vigente a partir de 1995 implicaram mudanças estruturais. E estas mudanças afetam sobremaneira a vulnerabilidade externa estrutural do país (GONÇALVES, 2013, p. 56).

A ortodoxia compreende o perigo que a dependência do capital externo - sobretudo capital especulativo - pode acarretar para a economia brasileira. Aceitam que esta dependência pode sim acarretar em uma maior vulnerabilidade externa para o país, especialmente com a evolução da tecnologia que, com o avanço no campo das telecomunicações, proporcionou o avanço do sistema financeiro internacional, o aumento nos fluxos financeiros internacionais e a da volatilidade destes. Entretanto, a corrente ortodoxa destaca que no modelo nacional desenvolvimentista já existia a dependência de recursos externos para amortecer as recorrentes crises de balanço de pagamentos e inflação decorrentes pelo excesso de investimento público, mas que esta dependência não era explícita, causando uma falsa ilusão de autonomia (GOLDENSTEIN, 1998).

Franco (1999) corrobora com esta visão e destaca que durante muitos anos era viva a ideia, no Brasil e na América Latina, de que a industrialização por meio da substituição de importações e o desenvolvimento industrial baseado em um projeto de autossuficiência eram o caminho para a redução da vulnerabilidade externa do país. Entretanto, o autor segue seu raciocínio lembrando que os anos 1970 e 1980 foram marcados por essa visão e que nem por isso o país reduziu sua vulnerabilidade externa e que esta, inclusive, tornou-se maior. A conclusão é a seguinte:

[...] a moral da história é muito simples: quanto mais fechada a economia, mais difícil é fazer “ajustamento externo” e mais propensa à instabilidade macroeconômica a economia deverá ser. Assim sendo, a industrialização que busca a auto-suficiência *umenta* [grifo do autor] a vulnerabilidade externa, e não diminui. Estivemos, portanto, andando na direção errada. Deve ficar bem claro que “industrialização” – tardia, dependente, ou o que quer que seja – não tem necessariamente nada a ver com “auto-suficiência”, mesmo que envolva algum

protecionismo e promoção industrial [...]. É preciso, portanto, ter claro que o novo modelo de crescimento a ser definido deve contemplar um grau de abertura substancialmente maior – talvez o dobro ou o triplo – do que hoje temos, se é que queremos evitar nossa vulnerabilidade externa prejudique nosso crescimento daqui para adiante (FRANCO, 1999, p. 60).

Goldenstein (1998) alerta que a abertura da economia exige uma moeda forte que garanta as importações e evite ataques especulativos à mesma. Esta pode ser obtida através da atração de capitais especulativos via elevação das taxas de juros ou através da atração de capitais produtivos. O primeiro caminho seria o mais “[...] perigoso, custoso e de fôlego curto. Os capitais especulativos saem ao perceber a fragilidade da economia que os está atraindo. O caminho mais sólido é o da reestruturação produtiva que garanta uma inserção internacional menos frágil” (GOLDENSTEIN, 1998, p. 134-135). Portanto, a ortodoxia reconhece os perigos do crescimento com poupança externa, quando esta depende de capitais estrangeiros especulativos, mas insiste que uma economia fechada torna-se muito mais vulnerável.

2.3 SÍNTESE CONCLUSIVA

Neste capítulo foram apresentados conceitos e fenômenos que auxiliam na compreensão e explicação da vulnerabilidade externa da economia brasileira. Foi exposta ainda uma síntese da visão estruturalista a respeito do padrão de especialização produtiva e inserção externa das economias periféricas. Além disso, foi exposto o debate em torno de duas visões distintas sobre o processo de abertura da economia brasileira e da situação de vulnerabilidade externa que este pode – ou não – promover, envolvendo o novo modelo de crescimento introduzido a partir de então e dos possíveis rumos que a economia brasileira pode tomar.

Como visto, de um lado posiciona-se a corrente ortodoxa, discípula do liberalismo que emerge no Brasil em fins da década de 1980 junto com o receituário prescrito pelo Consenso de Washington; do outro lado, a corrente desenvolvimentista, posicionando-se contra a abertura abrupta da conta de capitais, contra o modelo de crescimento com poupança externa e preocupada com situação de vulnerabilidade e dependência externa do país após este processo. Cabe assim, uma análise em torno do fenômeno da vulnerabilidade externa brasileira no período pós-abertura, buscando verificar se de fato, como argumenta a ortodoxia, a abertura da economia brasileira promoveu a redução da vulnerabilidade externa estrutural do país ou se veio a aumentá-la, como aponta a corrente novo desenvolvimentista. Para tanto,

o próximo capítulo apresenta, inicialmente, uma análise da vulnerabilidade externa conjuntural da economia brasileira.

3 VULNERABILIDADE EXTERNA CONJUNTURAL DA ECONOMIA BRASILEIRA NO PERÍODO PÓS-REAL

3.1 CONJUNTURA INTERNACIONAL

O Brasil possui historicamente uma elevada vulnerabilidade externa, já definida como a capacidade de resistência e resposta de uma economia nacional a choques externos. Como consequência, o desempenho da economia brasileira depende e é determinado em grande medida, pelo contexto internacional. A trajetória da economia brasileira está muito ligada à conjuntura internacional, movimentando-se basicamente como respostas aos diferentes cenários externos, mas não necessariamente ao mesmo nível, podendo inclusive responder positivamente a conjunturas externas desfavoráveis, dependendo do grau de liberdade nas estratégias e políticas de ajuste externo disponíveis (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007).

Durante a década de 1980 – década perdida – os países latino-americanos foram fortemente afetados pela elevação dos juros internacionais, resultado do segundo choque do petróleo, fazendo com que a dívida externa destes países, entre eles o Brasil, disparasse. A crise mundial encerra-se em 1983, entretanto, seus reflexos na economia brasileira perduraram até a primeira metade da década de 1990, fazendo com que o país entrasse em uma trajetória de instabilidade econômica, caracterizada não só pela elevada dívida externa, mas pela elevada e descontrolada taxa de inflação (GONÇALVES, 2013). Desta forma, no período entre 1980 e 1994 o PIB brasileiro cresceu a uma taxa média anual de 2,44%, enquanto a economia mundial cresceu a uma taxa média 2,76% ao ano. Para o autor, o ponto a se destacar o seguinte:

depois de um período de notável dinamismo econômico e grandes transformações estruturais durante os anos 1970, o Brasil não resistiu ao impacto da crise internacional. Em 1980, o desequilíbrio das contas externas [...] mostrou-se insustentável. No final da Era Desenvolvimentista, a política macroeconômica passou a focar no ajuste das contas externas. No pós-Era Desenvolvimentista, os fracassos das políticas de ajuste e a enorme vulnerabilidade financeira externa não permitiram que o país se aproveitasse dos benefícios da fase ascendente do ciclo internacional (1983-1989). O Brasil, na realidade, “ficou para trás”. Não é por outra razão que os anos 1980 são denominados “década perdida”. Na realidade, a trajetória de forte instabilidade e crise persistiu até 1994 (GONÇALVES, 2013, p. 49).

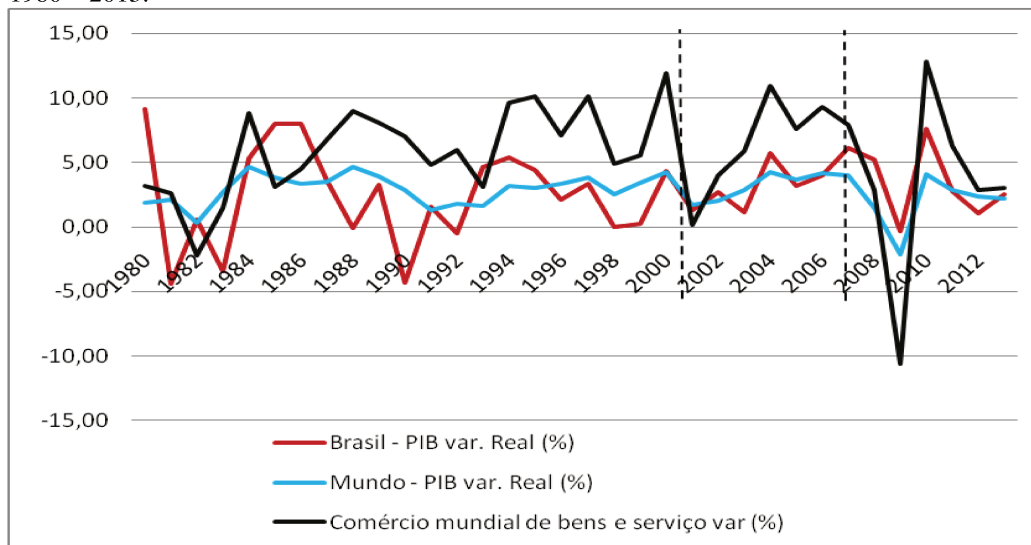
Segundo Carcanholo (2005, p. 107) “A virada dos anos 80 para os anos 90 do século passado assistiu à volta da liquidez internacional por conta dos processos de desregulamentação e de globalização financeiras, o que permitiu aos países endividados

voltarem ao circuito de financiamento externo...”. Em abril de 1994 o Brasil conclui seu acordo com os credores internacionais para renegociação da dívida externa nos moldes do Plano Brady, que trazia consigo condicionalidades, entre elas, a submissão ao Consenso de Washington. Ainda na primeira metade da década de 1990 ocorre no Brasil o rompimento com o modelo desenvolvimentista, com a eleição de Fernando Collor de Melo para a presidência da República (1990-1992), que aprofundou o processo de liberalização da economia brasileira iniciado já no governo Sarney. Em 1994 ocorre a implantação do plano Real, visando a estabilização de preços no país (CARCANHOLO, 2005 e GONÇALVES, 2013).

Desta forma, durante a segunda metade da década de 1990, no período entre 1996 e 1999, com o país já vivenciando a estabilidade de preços em sua economia, o PIB brasileiro cresceu a uma taxa média de apenas 1,5% ao ano, enquanto a economia mundial cresceu a uma taxa média anual de 3,5%. Segundo Carcanholo (2005), estratégias de abertura comercial e liberalização financeira, somadas à utilização de âncoras cambiais em programas de estabilização produzem baixas taxas de crescimento – os dados corroboram com o autor. A partir da virada do século, no período entre 2000 e 2007 – sob vigência do regime de câmbio flutuante, adotado a partir de 1999 -, o PIB brasileiro cresceu a uma taxa média de 3,54% ao ano, frente a um crescimento médio de 3,35% do PIB mundial.

No período pós- crise – compreendido entre 2008 e 2013, incluindo aqui o ano de 2008, em que eclode a crise - a economia brasileira cresceu a uma taxa média de 3,11% ao ano, frente a um crescimento de 1,8% ao ano da economia mundial no mesmo período. Deve-se observar, porém, que o Brasil cresceu acima da média mundial somente em três anos, 2008, 2010 e 2013, onde a economia brasileira cresceu 5,17%, 7,53% e 2,49% respectivamente. O elevado crescimento da economia brasileira, especialmente no ano de 2010, está relacionado ao “ciclo político-eleitoral, que fez com que as políticas públicas fossem fortemente expansionistas” (GONÇALVES, 2013, p. 115). Ao se analisar os três últimos anos do período, ou seja, o período compreendido entre 2011 e 2013, a economia brasileira apresenta um crescimento inferior a média mundial, crescendo a uma taxa média anual de 2,09%, frente a um crescimento de 2,47% ao ano da economia mundial. Para elucidar o raciocínio, o gráfico 1 mostra uma comparação entre as variações anuais dos produtos (PIB) das economias brasileira e mundial, e da variação anual do volume do comércio mundial de bens e serviços no período entre 1980 e 2013.

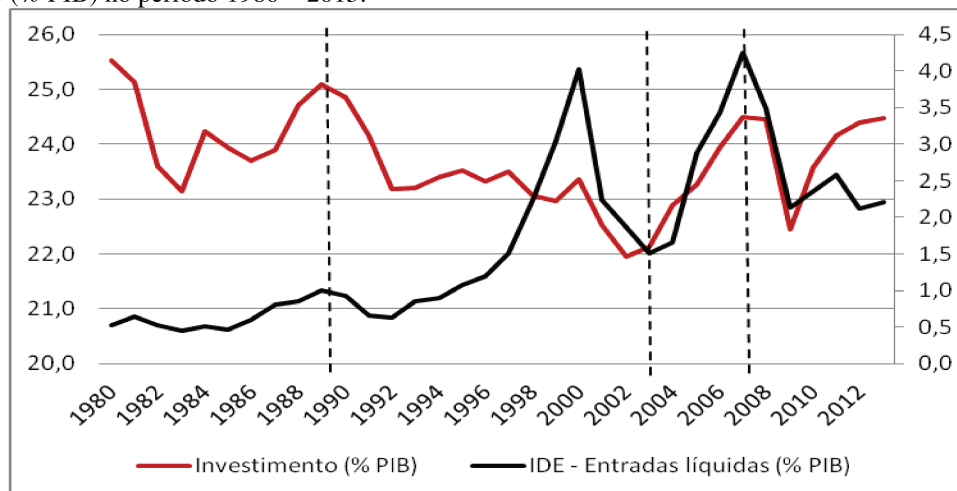
Gráfico 1- Variação real (% a.a) do PIB mundial, do PIB brasileiro e do comércio mundial de bens e serviços no período 1980 – 2013.



FONTE: IPEADATA; FMI - World Outlook Database 2014.

Mas é importante destacar que foi a partir de 2003 que a conjuntura internacional foi especialmente favorável para a economia brasileira. No período entre 2003 e 2007 o comércio mundial de bens e serviços cresceu a uma taxa média anual de 8,31% e o PIB brasileiro cresceu a uma taxa média anual de 4,01% ao ano, superior a média mundial, que foi de 3,74% ao ano para o mesmo período. Isso se deve em grande medida, ao dinamismo da esfera produtivo-real da economia mundial e à esfera comercial, com elevação da demanda internacional por *commodities* e pela disparada dos preços internacionais destes produtos (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007). O gráfico 2 ilustra o dinamismo da esfera produtivo-real no âmbito da economia mundial no período entre 1980 e 2013.

Gráfico 2- Taxa média de investimento da economia mundial (% PIB) e volume do investimento direto estrangeiro (% PIB) no período 1980 – 2013.



FONTE: FMI - World Outlook Database 2014; Banco Mundial - World Bank Indicators.

Como observado no gráfico 2, enquanto a taxa média de investimento da economia mundial entra em trajetória declinante a partir do início dos anos 1990, o fluxo mundial de investimento direto externo entra em uma trajetória ascendente, recuperando-se após a crise da dívida na década de 1980. A recuperação do fluxo de IDE é fruto também da adoção das políticas de abertura econômica adotadas por um grande número de países em desenvolvimento desde 1990 - representadas pelo Consenso de Washington - e, entre eles, a maior parte dos países latino-americanos (BRESSER-PEREIRA, 2007; BRESSER-PEREIRA e NAKANO, 2003). No início dos anos 2000 o fluxo de IDE despenca, mas já partir do ano de 2003, há uma reversão nas trajetórias tanto da taxa média de investimento das economias domésticas, quanto do volume do investimento direto externo, que se elevam fortemente a partir de 2003 mostrando, segundo Filgueiras e Gonçalves (2007, p. 37), que “o processo de acumulação de capital também ocorre em escala global por meio do processo de internacionalização da produção...”.

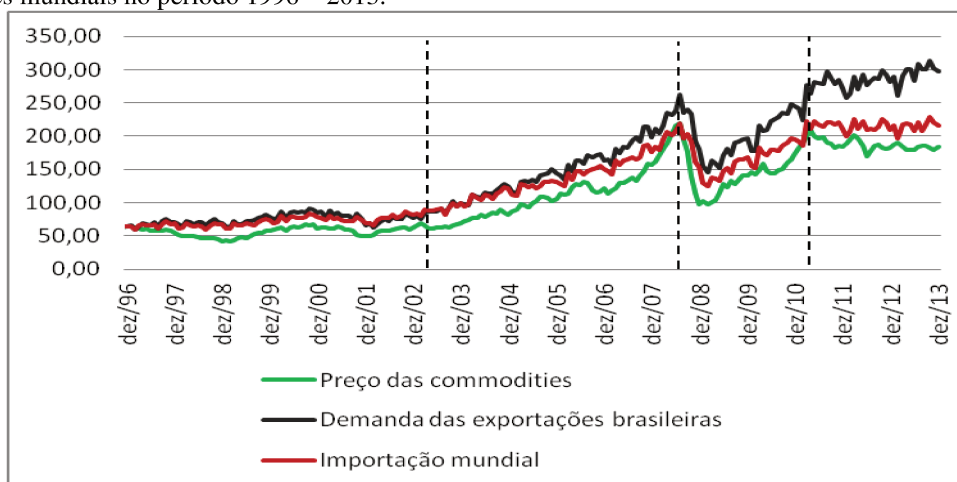
Entretanto, a partir da eclosão da crise em 2008 os fluxos de IDE voltam a cair. Em 2007 os fluxos de IDE correspondiam 4,3% do PIB mundial, enquanto que em 2009 declina 2,2 pontos percentuais, para 2,1% do PIB mundial. Em 2013 essa taxa correspondeu a apenas 2,2 % do PIB mundial, permanecendo muito abaixo da taxa correspondente ao ano de 2007, quando o ciclo de expansão atingia seu auge. A taxa média de investimento das economias domésticas cai com a eclosão da crise, mas já no ano de 2009 inicia sua recuperação. Diferente das crises dos anos 1990, que “tiveram origem na retração dos fluxos financeiros para alguns mercados emergentes [...], a crise global de 2008 derivou de problemas na esfera financeira da maior economia do mundo [...]” (GONÇALVES, 2013, p. 115). Ainda segundo o autor, essa crise teve repercussão internacional nas esferas produtivo-real, comercial, tecnológica, monetária e fiscal, o que afeta negativamente as decisões de investimento, proporcionando uma conjuntura negativa para recuperação dos fluxos de IDE.

O ciclo de expansão da economia mundial compreendido entre os anos de 2003 e 2007, expressa a recuperação de duas décadas marcadas por crises: A década de 1980, marcada pela disparada dos preços do petróleo, elevação das taxas de juros internacionais e a consequente recessão mundial, além é claro, da crise da dívida que assolou a América Latina; e a década de 1990, marcada pelas crises financeiras (cambiais) nos países emergentes. Estão à frente deste processo, Estados Unidos e China, consideradas as novas “locomotivas” da economia mundial. O primeiro, através de políticas macroeconômicas expansionistas, redução de impostos e da taxa de juros básica, que visavam tirar o país da situação de instabilidade provocada pela crise da bolsa NASDAQ - *National Association of Securities Dealers*

Automated Quotations - em outubro de 2000 e pelos atentados de 11 de setembro de 2001; e o segundo como importante demandante de *commodities*, para sustentar sua indústria em franca expansão, sendo um grande mercado para os países latino-americanos – especialmente matérias-primas e produtos agrícolas (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007 e PINTO, 2011).

A partir de 2003 ocorre a expansão do comércio mundial e a elevação dos preços internacionais das *commodities*, este último determinado especialmente por três fatores: Primeiro pelo processo de financeirização do mercado de *commodities*; segundo pela depreciação do dólar e da taxa de básica norte-americana - e dos países centrais - neste período, acarretando na necessidade dos produtores repassarem para os preços as perdas cambiais; e terceiro, pela elevação da demanda por estes bens a partir do ano de 2002, com a recuperação da economia mundial, o que causou desequilíbrios entre oferta e demanda destes bens, em especial das *commodities* alimentícias, energéticas e metálicas sob liderança dos países emergentes, com destaque para a China (PRATES, 2011). O gráfico 3 demonstra a expansão do comércio mundial - utilizando agora, o índice valor das importações mundiais como proxy de sua expansão - e sua relação com as trajetórias dos preços internacionais das *commodities* e da demanda das exportações brasileiras. Tanto os preços internacionais das *commodities*, quanto a demanda das exportações brasileiras elevam-se fortemente a partir de 2003, evidenciando o excelente contexto internacional em que se insere a economia brasileira nesse período.

Gráfico 3 - Trajetória dos índices preço das *commodities*, demanda das exportações brasileiras e valor das importações mundiais no período 1996 – 2013.



FONTE: FMI - World Outlook Database 2014; FUNCEXdata; e IPEAdata.

Fica evidente o contexto internacional favorável em que se insere a economia brasileira a partir do ano de 2003, com a forte elevação da demanda por suas exportações. As

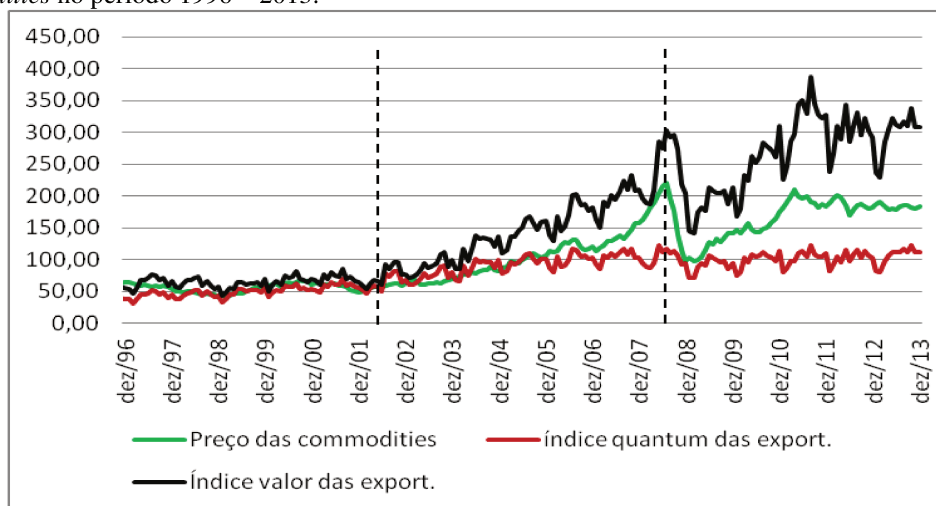
importações mundiais cresceram a uma taxa média anual de 4,24% no período 1996-2002, atingindo no período 2003-2007 uma taxa média de crescimento de 16,48% ao ano. A demanda das exportações brasileiras cresceu a uma taxa média anual de 4,76% no período 1996-2002, enquanto que no período 2003-2007 o crescimento médio anual mais que quadruplicou, atingindo a média de 20,51% ao ano. O índice preço das *commodities* cresceu a uma taxa média anual de 0,63% ao ano no período 1996-2002 e atingiu a taxa média anual de incríveis 18,46% ao ano no período 2003-2007.

Com o advento da crise financeira global em 2008, a expectativa era de interrupção da fase ascendente do ciclo. Entretanto, conforme destaca Prates (2011, p. 11), “surpreendentemente para a maioria dos analistas, a fase baixista desse ciclo teve vida curta [...]. Em janeiro de 2009, os três principais índices de preços das *commodities* [...] iniciam um novo movimento ascendente [...]”. Mas uma nova fase de deflação dos preços internacionais das *commodities* entra em cena a partir de maio de 2011, causada por expectativas negativas desencadeadas por diversos fatores, dentre eles: A desaceleração da economia global; agravamento da crise na Europa; desaceleração da economia chinesa; e a aversão ao risco, que afetou a posição dos investidores nos mercados financeiros relacionados às *commodities* (PRATES, 2012). Assim, no período pós-crise, as importações mundiais cresceram a uma taxa média anual de 5,73%, ou seja, praticamente três vezes menos (10,75 pontos percentuais) que no período pré-crise; a demanda das exportações brasileiras cresceu a uma taxa média anual de 9,30%, ou seja, reduzindo-se a menos da metade (11,21 pontos percentuais) do crescimento médio anual do período pré-crise; e o índice preço das *commodities* cresceu a uma taxa média anual de 7,58%, o que representa 10,88 pontos percentuais a menos que no período 2003-2007.

Ao se analisar a trajetória do índice valor das exportações brasileiras, nota-se que este acompanha a trajetória ascendente do índice preço das *commodities*, mas um ponto importante a ser destacado é que o índice *quantum* das exportações brasileira possui uma trajetória distinta, ocorrendo um descolamento entre as trajetórias de crescimento dos índices *quantum* e valor das exportações brasileiras. No período 1996-2002 a taxa de variação média anual do índice valor das exportações brasileiras foi de 4,01%, mas disparando a partir de 2003, crescendo a uma taxa média anual de 21,73% ao ano no período 2003-2007. A taxa de variação média anual do índice *quantum* das exportações brasileiras foi de 7,60% no período 1996-2002, ou seja, superando em 3,59 pontos percentuais à taxa média anual do índice valor das exportações para o mesmo período. Já em relação ao período 2003-2007, a taxa de variação média anual do índice *quantum* foi de 10,60% ao ano, o que corresponde

aproximadamente a 11,10 pontos percentuais abaixo da taxa média de crescimento do índice valor das exportações no período. Desta forma, uma reversão na conjuntura internacional e, principalmente nos preços das *commodities*, pode ser perigoso para a economia brasileira, conforme ilustra o gráfico 4:

Gráfico 4 – Relação entre as trajetórias do índice valor e *quantum* das exportações brasileiras, e do índice preço das *commodities* no período 1996 – 2013.



FONTE: Elaborado pelo autor. Dados do IPEAdat; FMI - World Outlook Database 2014.

O cenário exposto no gráfico 4 demonstra que as exportações brasileiras estão se beneficiando e, sendo sustentadas em última instância, pelo preço internacional dos bens exportados e não pelo *quantum* exportado, uma vez que o índice valor das exportações segue a trajetória – ainda que não em um mesmo nível – do índice preço das *commodities*, o que não ocorre com o índice *quantum*. O período pós-crise reforça esta tese, uma vez que, a taxa média anual do índice *quantum* exportado foi de 0,33% entre 2008 e 2013, enquanto o índice valor das exportações atingiu uma taxa média de crescimento anual de 8,98%, ou seja, uma diferença de 8,65 pontos percentuais no período. Estes dados demonstram que o aumento no valor exportado não foi acompanhado pela elevação proporcional do *quantum* exportado.

Desta forma, conforme alertam Filgueiras e Gonçalves (2007, p. 74) “a reversão da atual conjuntura do comércio internacional deverá ter forte impacto nas contas externas do país”. Assim, torna-se relevante e de significativa importância a análise da vulnerabilidade externa conjuntural da economia brasileira, conforme já mencionado anteriormente, um fenômeno de curto prazo, mas que auxilia na análise dos possíveis cenários futuros para a economia brasileira.

3.2 ANÁLISE DA VULNERABILIDADE EXTERNA CONJUNTURAL DA ECONOMIA BRASILEIRA

A segunda metade da década de 1990 foi marcada por instabilidade no cenário externo, onde o Brasil que recém recuperava-se do choque externo promovido pela crise do México – em dezembro de 1994 -, teve que enfrentar as crises asiática e russa que eclodem no segundo semestre de 1997 e segundo semestre de 1998 respectivamente, culminando na crise cambial brasileira em janeiro de 1999, que por sua vez, levou o país a adotar o regime de câmbio flutuante e, no mesmo ano, o sistema de metas de inflação. Não obstante, conforme mencionado anteriormente, o início dos anos 2000 é marcado pela crise da bolsa de valores NASDAQ em 2000, pela crise argentina e pelos atentados terroristas às torres gêmeas, ambos em setembro de 2001 (CARCANHOLO, 2005 e PINTO, 2011). Dado o quadro conjuntural de restrição externa, as contas do balanço de pagamentos apresentaram déficits substanciais, exceto a conta de transferências que, porém, teve pouca contribuição para o saldo em transações correntes (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007). A tabela 3.1 apresenta este cenário.

Tabela 3. 1 - Transações correntes (US\$ bilhões) – Valores acumulados (1) para o período 1996 – 2013.

Período	Balança comercial	Serviços e renda	Transferências	Saldo	% PIB
1996	-5,6	-20,3	2,4	-23,5	-2,8
1997	-6,8	-25,5	1,8	-30,5	-3,5
1998	-6,6	-28,3	1,5	-33,4	-4,0
1999	-1,2	-25,8	1,7	-25,3	-4,3
2000	-0,7	-25,0	1,5	-24,2	-3,8
2001	2,7	-27,5	1,6	-23,2	-4,2
2002	13,1	-23,1	2,4	-7,6	-1,5
2003	24,8	-23,5	2,9	4,2	0,8
2004	33,6	-25,2	3,2	11,7	1,8
2005	44,7	-34,3	3,6	14,0	1,6
2006	46,5	-37,1	4,3	13,6	1,3
2007	40,0	-42,5	4,0	1,6	0,1
2008	24,8	-57,3	4,2	-28,2	-1,7
2009	25,3	-52,9	3,3	-24,3	-1,5
2010	20,2	-70,3	2,9	-47,3	-2,2
2011	29,8	-85,3	3,0	-52,5	-2,1
2012	19,4	-76,5	2,8	-54,2	-2,4
2013	2,4	-87,0	3,4	-81,2	-3,6

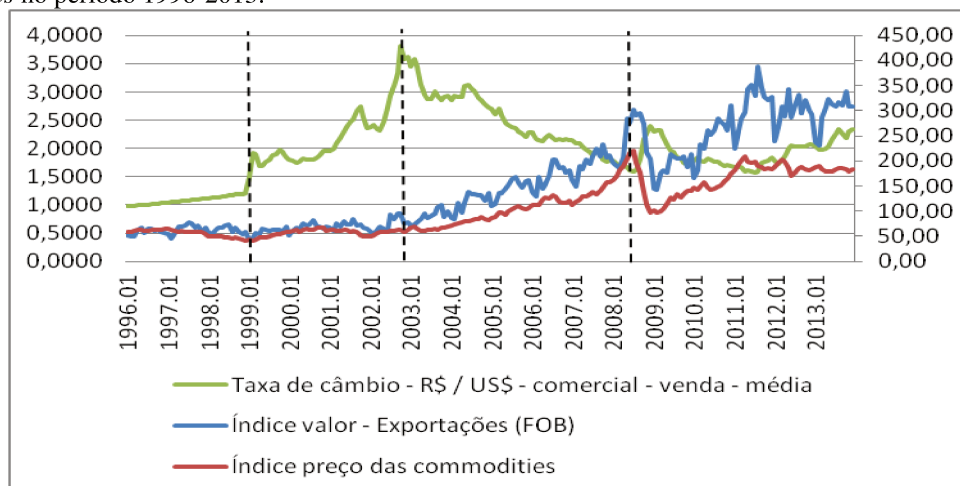
FONTE: Elaborado pelo autor. Dados do Banco Central do Brasil.

(1) Baseado em Filgueiras e Gonçalves (2007); e Pinto (2011).

Com o advento da desvalorização cambial a partir de 1999, mesmo em meio a desaceleração da economia mundial na virada do século, a situação das contas externas brasileiras melhora, com destaque para a reversão dos saldos da balança comercial que se transformam em superávits comerciais a partir de 2001. Mas a reversão do saldo em transações correntes - tanto em valores correntes (US\$ bilhões), quanto em % do PIB - ocorre a partir do início da fase ascendente do ciclo de expansão da economia mundial - no período 2003-2007 - e sustenta-se somente durante este período. A partir do ano de 2008, com o advento da crise financeira global, o nível dos superávits comerciais diminui, saindo de um superávit de US\$ 40,00 bilhões para US\$24,8 bilhões em 2008 e US\$ 2,4 bilhões em 2013. Entretanto, os saldos da conta de serviços e rendas, que possui trajetória deficitária durante todo período, agravam-se a partir de 2005 e, com isso, o saldo em transações volta a ser negativo já a partir de 2008 e vem elevando-se desde então, atingindo um déficit de US\$81,2 bilhões e corresponde a -3,6% do PIB.

A taxa de câmbio possui papel importante neste processo e é apontada como principal responsável pelo ajuste externo, uma vez que a desvalorização do real a partir de 1999 possibilitou o aumento das exportações e, por conseguinte, a reversão no saldo da balança comercial a partir de 2001 (PINTO, 2011). Entretanto, já a partir de 2003 o real torna a valorizar-se frente ao dólar, saindo de uma taxa de câmbio de 3,08 R\$/US\$ em 2003 para 1,83 R\$/US\$ em 2008. Mesmo com a valorização do câmbio, o índice valor das exportações brasileiras seguiu a trajetória ascendente dos preços das *commodities*, mostrando forte correlação entre as variáveis. O Gráfico 5 apresenta a relação entre as trajetórias dos índices valor das exportações brasileiras e preço das *commodities* com a taxa de câmbio R\$/US\$.

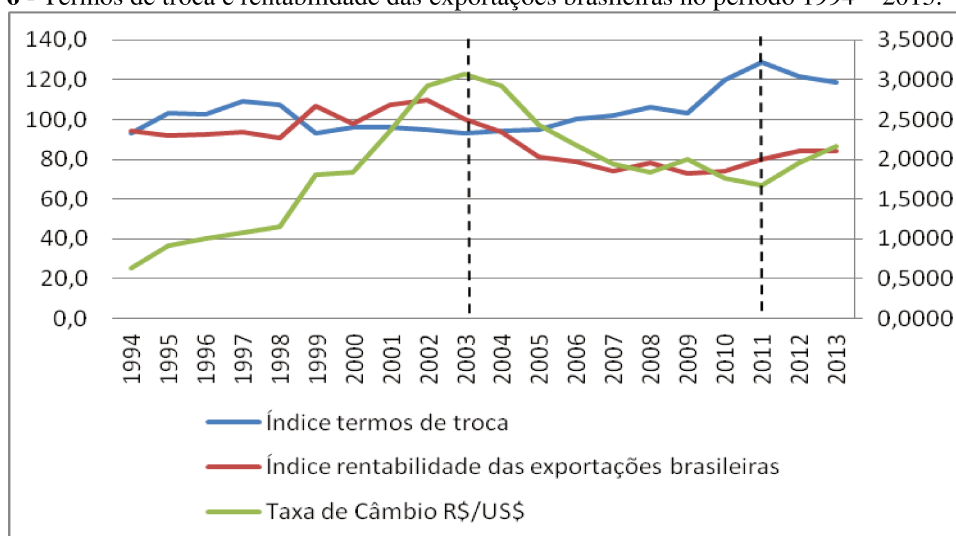
Gráfico 5 - Relação entre a taxa de câmbio (R\$/US\$), o índice valor das exportações brasileiras e o índice preço das *commodities* no período 1996-2013.



FONTE: Elaborado pelo autor. Dados do IPEAdata; e FUNCEXdata.

A elevação dos preços das *commodities*, associada à demanda internacional destes bens foi assim, um dos fatores determinantes para a manutenção dos superávits comerciais no período, “protegendo” o valor exportado da valorização cambial. A partir do ano de 2003, ocorre assim, a reversão dos termos de troca em favor do Brasil, o que beneficiou a balança comercial brasileira. Entretanto, a rentabilidade das exportações brasileiras não pôde ser garantida, pois depende decisivamente da taxa de câmbio - quanto mais valorizado o câmbio, menos os exportadores recebem em moeda nacional ao realizarem a conversão (FILGUEIRAS e GONÇALVES, 2007). A partir do ano de 2003, a melhora dos termos de troca contrasta com a queda na rentabilidade das exportações brasileiras a partir da apreciação cambial iniciada a partir de 2003. O gráfico 6 apresenta a melhora dos termos de troca brasileiros e seu contraste com a queda da rentabilidade das exportações a partir de 2003 com a apreciação cambial.

Gráfico 6 - Termos de troca e rentabilidade das exportações brasileiras no período 1994 – 2013.



FONTE: Elaborado pelo autor. Dados do FUNCEXdata.

O ciclo de expansão da economia mundial compreendido entre 2003 e 2007, conforme já mencionado anteriormente, favoreceu aumento das exportações - em valor – e a melhoria dos termos de troca brasileiros, gerando superávits comerciais que, em conjunto, relaxaram “ao menos ao médio prazo, os problemas de financiamento e de restrições externas ao crescimento do país.” (PINTO, 2011, p. 7). Ainda de acordo com o autor, este processo possibilitou a redução da vulnerabilidade externa conjuntural da economia brasileira, expressa pelos indicadores apresentados na tabela 3.2:

Tabela 3. 2 - Indicadores de vulnerabilidade externa conjuntural (1) no período 1994 – 2013.

Período	Serviço da dívida externa / (%) exportação	Dívida externa total/ (%) PIB	Dívida externa total líquida / (%) PIB	Reservas internacionais (liquidez) / (%) dívida total	Dívida externa total / (%) exportação	Dívida externa total líquida / (%) exportação
1994	38,2	26,3	15,3	27,1	3,3	1,9
1995	44,5	21,7	12,2	33,9	3,3	1,9
1996	54,7	22,3	12,1	34,7	3,6	2,0
1997	72,6	23,7	15,2	27,2	3,6	2,3
1998	87,4	28,4	20,9	19,9	4,4	3,2
1999	126,5	42,0	32,5	16,1	4,7	3,6
2000	88,6	36,0	28,4	15,2	3,9	3,1
2001	84,9	37,9	29,4	17,1	3,6	2,8
2002	82,7	41,8	32,7	18,0	3,5	2,7
2003	72,5	38,8	27,3	22,9	2,9	2,1
2004	53,7	30,3	20,4	26,3	2,1	1,4
2005	55,8	19,2	11,5	31,7	1,4	0,9
2006	41,4	16,2	7,0	49,8	1,3	0,5
2007	32,4	14,1	-0,9	93,3	1,2	-0,1
2008	19,0	12,1	-1,7	104,3	1,0	-0,1
2009	28,6	12,6	-3,9	120,6	1,3	-0,4
2010	22,9	12,0	-2,4	112,4	1,3	-0,3
2011	20,5	12,0	-2,9	118,0	1,2	-0,3
2012	22,3	13,9	-4,0	119,3	1,3	-0,4
2013	30,9	13,8	-4,2	116,3	1,3	-0,4

FONTE: Banco Central do Brasil; FILGUEIRAS e GONÇALVES (2007, p. 65) e PINTO (2011, p. 41).

(1) Baseado em Filgueiras e Gonçalves (2007); e Pinto (2011).

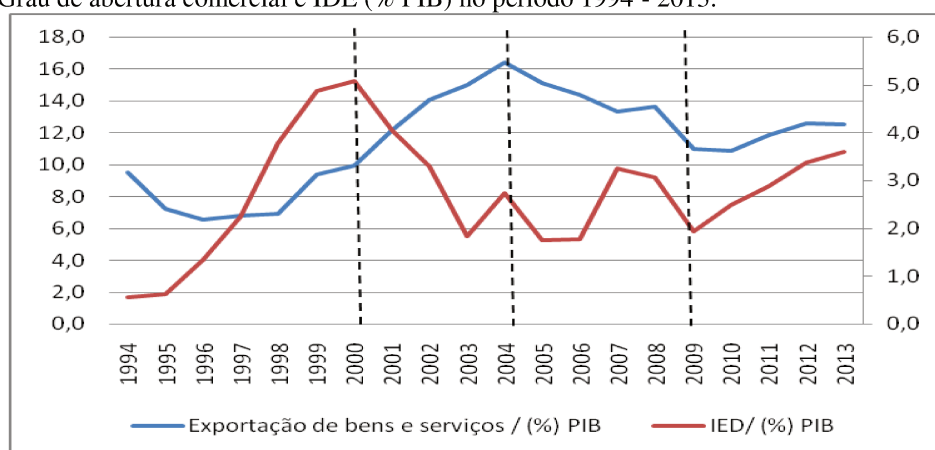
Para os indicadores relacionados diretamente com as exportações (serviço da dívida externa/exportação, dívida externa total/exportação e dívida externa total líquida/exportação), o ano de 1999 aparece como o ponto de inflexão do período e a vulnerabilidade externa representada por estes indicadores se reduz gradativamente a partir dos anos 2000 e, de forma mais acentuada a partir de 2003. Já para os indicadores que se relacionam com o PIB – indiretamente com as exportações – o ponto de inflexão situa-se no ano de 2003, quando a partir do ciclo de expansão da economia mundial a vulnerabilidade externa expressa por estes indicadores se reduz acentuadamente (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007 e PINTO, 2011).

No período pós-crise, com a desaceleração da economia mundial, o que se previa era uma redução das exportações brasileiras não só em termos de *quantum*, mas de valor exportado, devido à expectativa de queda dos preços internacionais das *commodities*, conforme já mencionado anteriormente. Entretanto, o que se viu foi uma rápida recuperação dos preços destes bens, bem como do valor exportado pelo Brasil e, desta forma, os indicadores de

vulnerabilidade externa conjuntural sofreram poucas oscilações, mantendo suas trajetórias de queda - no caso das reservas internacionais, de alta. É preciso destacar, porém, que a partir do ano de 2011 alguns indicadores apresentam uma tendência a reversão do processo de redução da vulnerabilidade externa conjuntural. O serviço da dívida externa/exportação pulou de uma relação de 20,5% em 2011 para 30,9% em 2013; A dívida externa total/PIB elevou-se de 12% em 2011 para 13,8% em 2013; e as reservas internacionais (liquidez) /dívida externa total que atingiram uma relação de 120,6% em 2009, passaram para 118% em 2011 e para 116,3% em 2013. Estão longe de ser dados alarmantes, mas já aparentam uma reversão no processo. Esta reversão está ligada, como visto, à fase de deflação dos preços das *commodities* iniciado em maio de 2011.

Outros dois indicadores são importantes para a análise da vulnerabilidade externa conjuntural da economia brasileira: O grau de abertura comercial, expresso pela relação percentual entre as exportações e o PIB; e a relação percentual entre o IDE e o PIB, que expressa, conforme mencionado na seção metodologia deste trabalho, o grau de desnacionalização econômica. O gráfico 7 mostra a evolução destes dois indicadores no período pós-real.

Gráfico 7- Grau de abertura comercial e IDE (% PIB) no período 1994 - 2013.



FONTE: Elaborado pelo autor. Dados do Banco Mundial - World bank indicators.

Conforme demonstrado no gráfico 7, o grau de abertura da economia brasileira se reduz a partir de 2004, reduzindo a importância do comércio externo como fonte de expansão da demanda agregada, o que representa uma melhora na vulnerabilidade externa conjuntural, uma vez que, “Quanto mais elevado, maior é o impacto da transmissão internacional dos ciclos econômicos sobre um determinado país e, portanto, maior a vulnerabilidade externa” (GONÇALVES, 2005, p. 144). O grau de desnacionalização da economia brasileira se eleva a partir da segunda metade da década de 1990 e se reduz a partir dos anos 2000, ou seja, se

reduz a importância do estoque de investimento externo direto no país, muito ligado ao processo de privatizações da década de 1990 (GONÇALVES, 2005 e CARCANHOLO 2005). É importante destacar que, no período pós-crise, tanto o grau de abertura, quanto o grau de desnacionalização da economia brasileira entram em trajetória ascendente, o que indica um processo de reversão da posição de vulnerabilidade externa da economia brasileira expressa por estes indicadores.

3.3 SÍNTESE CONCLUSIVA

A conjuntura internacional, de fato, ainda determina em grande medida o desempenho da economia brasileira e isso se traduz, conforme já mencionado anteriormente, na vulnerabilidade externa da economia brasileira. No pós-real, a economia brasileira enfrentou uma conjuntura adversa durante a segunda metade da década de 1990, sofrendo com as crises dos países emergentes, desembocando na crise cambial brasileira de 1999. A conjuntura internacional permaneceu adversa na virada do século, ainda que a esfera comercial tenha apresentado ligeira melhora com a desvalorização da moeda nacional. A melhora na esfera comercial não se converteu, entretanto, em taxas elevadas de crescimento da economia, tampouco em melhora da vulnerabilidade externa da economia. Pelo contrário, elevou-se até o ano de 2002, expressada pelos indicadores de vulnerabilidade externa conjuntural selecionados.

Entretanto, no período ascendente do ciclo de expansão da economia mundial, a conjuntura internacional torna-se extremamente favorável à economia brasileira, favorecendo-se da elevação do comércio mundial de bens e serviços e da liquidez internacional, que se traduziram na elevação da demanda pelas exportações brasileiras, dos preços internacionais dos bens exportados – especialmente *commodities* – e pelo fluxo de IDE. Durante todo este período - entre 2003 e 2007 – os indicadores de vulnerabilidade externa conjuntural selecionados melhoraram. A partir de 2008, porém, com a eclosão da crise financeira global, alguns destes mesmo indicadores já mostram um processo de reversão desta tendência. Desta forma, se faz necessária a análise da vulnerabilidade externa estrutural da economia brasileira para que seja possível verificar se o país aproveitou a “oportunidade” concedida pela conjuntura internacional para reduzir também sua vulnerabilidade externa estrutural.

4 VULNERABILIDADE EXTERNA ESTRUTURAL DA ECONOMIA BRASILEIRA NO PERÍODO PÓS-REAL

Conforme mencionado anteriormente, a vulnerabilidade externa estrutural está ligada ao padrão de especialização produtiva do país, da tecnologia empregada, da situação do sistema financeiro nacional e da forma de inserção econômica internacional do país. Este tipo de vulnerabilidade é um fenômeno de longo prazo (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007). Uma análise estrutural pode ser definida como a análise de “um conjunto de relações abstratas que forma um todo coerente. Contudo, a análise estrutural deve se concentrar nas tendências de longo prazo...” (ALVES, 2008, p. 03). Pode-se inferir então, que a vulnerabilidade estrutural é o resultado da dinâmica das partes que compõem a macroestrutura do país. Nesta seção será realizada uma análise da vulnerabilidade externa estrutural da economia brasileira no período pós-real. Para tanto, esta seção está dividida em duas subseções: A primeira abarca os problemas estruturais por trás do modelo de crescimento através de poupança externa; a segunda se ocupa do padrão de especialização produtiva da economia brasileira, atentando-se para o problema da reprimarização da pauta de exportações.

4.1 CRESCIMENTO COM POUPANÇA EXTERNA: PROBLEMAS ESTRUTURAIS DECORRENTES

Os pressupostos por trás do modelo de crescimento com poupança externa já foram abordados no capítulo 2 deste trabalho. Esta subseção trata dos problemas estruturais que este modelo gera à economia. Primeiro este modelo implica déficits em transações correntes, que precisam ser financiados com recursos externos, seja com investimento estrangeiro direto ou investimento estrangeiro em carteira. A opção por este modelo de crescimento, que implica a liberalização da conta de capitais em conjunto com a abertura comercial eleva, portanto, a dependência do país frente a capitais externos, implicando na redução da capacidade de resistência da economia nacional a choques externos, ou seja, no aumento da vulnerabilidade externa da economia (CARCANHOLO, 2005).

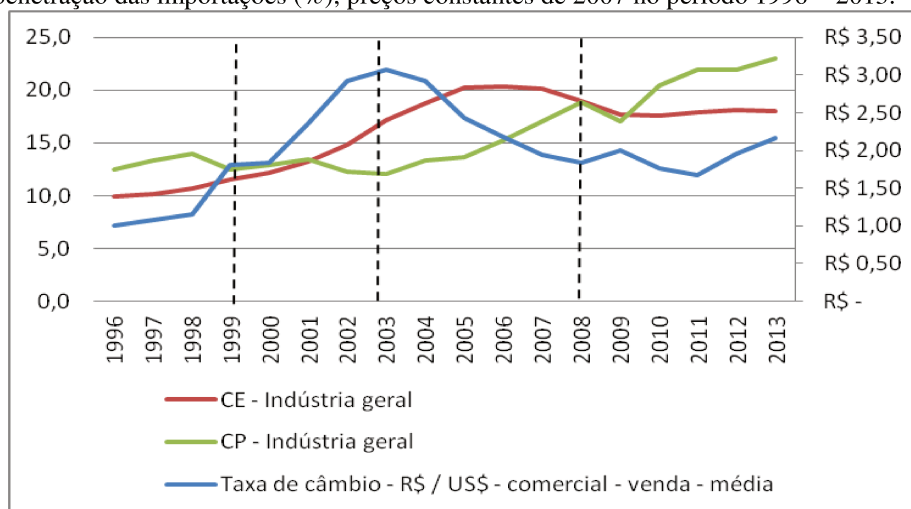
Em segundo lugar, a combinação juros elevados e câmbio apreciado, segundo Bresser-Pereira (2007), é incompatível com o desenvolvimento econômico do país, uma vez que desestimula o investimento produtivo, favorecendo os rentistas e as multinacionais, que podem enviar maiores lucros e dividendos às suas matrizes. Ainda segundo o autor, a taxa de

câmbio é o preço mais estratégico, pois tem efeitos imediatos sobre a economia. Por isso, o autor defende que a taxa de câmbio precisa estar em um patamar que:

garanta que as indústrias que adotam tecnologia no estado-da-arte sejam competitivas internacionalmente. Diante do grande volume dos fluxos internacionais e da sua enorme fluidez, a taxa de câmbio não administrada de um país que representa uma parcela pequena da economia passa a sofrer flutuações muito grandes. Além disso, a probabilidade de que se aprecie, se torne relativamente valorizada e deixe de ser competitiva é muito grande, tanto nos momentos de prosperidade quanto nos de dificuldade. Nos de prosperidade, porque atrairão capitais para serem investidos, nos momentos normais porque a taxa de lucro e a taxa de juros interna nos países emergentes tendem a ser mais altas do que nos países ricos, atraindo capitais que pressionam a taxa de câmbio para baixo. [...] Naturalmente, nos momentos de crise, a tendência se inverte e, dependendo da crise, a depreciação cambial pode ser grande e súbita (BRESSER-PEREIRA, 2007, p. 114-115).

Oreiro (2012) corrobora com esta visão e alerta que o câmbio sobrevalorizado reduz a competitividade de diversos setores da indústria, que acabam por se especializarem na produção de bens em que possuem vantagens comparativas o que no caso brasileiro, leva a uma especialização regressiva que fomenta, na visão do autor, a reprimarização da pauta de exportações e níveis baixos de crescimento econômico para o país. Gonçalves (2013) indica a relação entre o coeficiente de exportações e o coeficiente de penetração das importações como uma *Proxy* da competitividade internacional do país. O gráfico 8 apresenta a relação entre as trajetórias dos coeficientes de exportação (CE) e de penetração das importações (CP) para a indústria geral com a taxa de câmbio.

Gráfico 8 - Relação da taxa de câmbio com os coeficientes de abertura comercial: Coeficiente de exportação e coeficiente de penetração das importações (%), preços constantes de 2007 no período 1996 – 2013.



FONTE: FUNCEXdata; e IPEAdata.

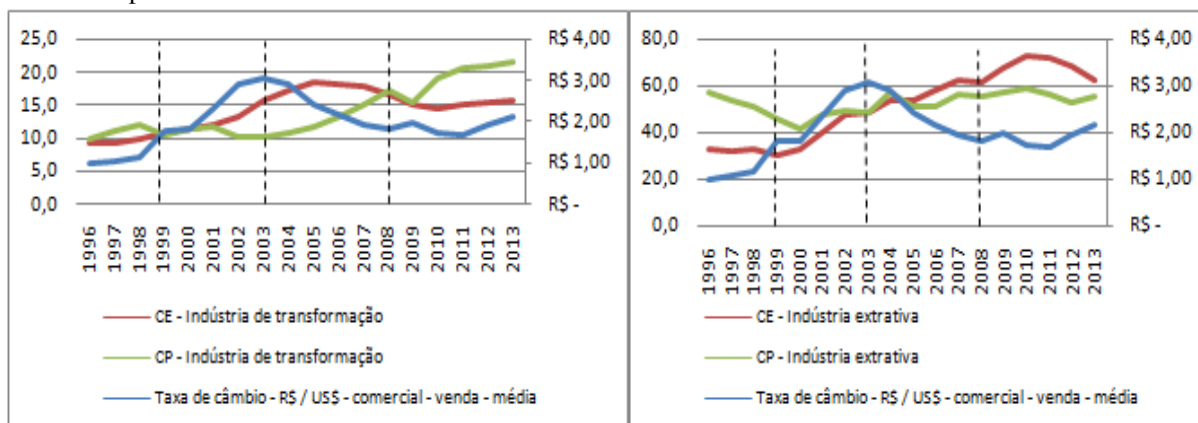
O coeficiente de penetração das importações representa a parcela do consumo aparente que é atendido pelas importações, enquanto que o coeficiente de exportação representa a parcela da produção direcionada para o mercado internacional (LEVY; SERRA, 2002). Conforme visto no gráfico 10, entre 1999 e 2003 o câmbio desvaloriza-se e o CE segue trajetória ascendente, saltando de 11,5% em 1999 para 20,2% em 2005, superando o coeficiente importado entre 2002 e 2009. Entretanto, a partir de 2003 o câmbio entra em trajetória de valorização e a partir de 2005 o CE declina, atingindo 18% em 2013. Já o CP possui trajetória inversa e eleva-se a partir de 2003, superando o coeficiente exportado a partir de 2010, saltando de 12,1% em 2003 para 23,0% em 2013. Esta situação representa segundo Carcanholo (2005) e Gonçalves (2013), um processo de reestruturação produtivo interno denominado pelos autores de “dessubstituição de importações”.

O processo fica mais claro ao se comparar os coeficientes de abertura comercial da indústria extrativa e indústria de transformação. Em relação à indústria de transformação, o coeficiente de penetração das importações cai após a desvalorização cambial iniciada em 1999, de 12,1% em 1998 para 10,2% em 2003, enquanto o coeficiente exportado saltou de 9,9% em 1998 para 15,7% em 2003. O coeficiente exportado permaneceu em ascensão até o ano de 2005, quando atingiu 18,6%. Entretanto, inversamente à apreciação cambial, o coeficiente exportado entra em trajetória declinante a partir de 2005, terminando o ano de 2013 em 15,7%, ou seja, mesmos números atingidos há uma década. No entanto, a trajetória do coeficiente de penetração das importações possui trajetória bem diferente, com ascensão a partir de 2003, favorecendo-se da apreciação cambial que torna o produto estrangeiro mais barato em termos de bens domésticos. Este coeficiente saltou de 10,2% em 2003 para 21,7% em 2013, ou seja, mais que dobrou em uma década.

A indústria extrativa mostra uma menor sensibilidade ao câmbio e seu coeficiente de exportação entra em trajetória ascendente a partir de 1999, saltando de 29,8% neste ano para 72,6% em 2010. No entanto, a partir de 2011 o coeficiente exportado da indústria extrativa vem se reduzindo e atinge 62,2% em 2013. Já o coeficiente de penetração das importações da indústria extrativa não possui tendência definida no período, saindo de um patamar de 57,3% em 1996 para 46,3% em 1999, atingindo 55,3% em 2013. Vale destacar que a partir de 2003, quando se inicia o ciclo de expansão da economia mundial e o ciclo de alta dos preços das *commodities* o coeficiente de exportações desta indústria supera o coeficiente de penetração e assim se sustenta desde então, embora tenha entrado em declínio desde 2011, coincidentemente acompanhando a queda dos preços das *commodities*, conforme observado

na seção 3. O gráfico 9 apresenta a relação da taxa de câmbio com os coeficientes de abertura comercial das indústrias extrativa e de transformação.

Gráfico 9 - Relação da taxa de câmbio com os coeficientes de abertura comercial para as indústrias extrativa e de transformação: Coeficiente de exportação e coeficiente de penetração das importações (%), preços constantes de 2007 no período 1996 – 2013.



FONTE: FUNCEXdata; e IPEAdata.

Não se pretende aqui definir a sobrevalorização do câmbio como explicação última para a perda de competitividade internacional da indústria brasileira, uma vez que esta depende, conforme alertam Bresser-Pereira (2007) e Gonçalves (2013), da interação de tendências estruturais e políticas macroeconômicas, como infraestrutura, logística, carga tributária, política monetária, etc. Mas os dados representados pelos coeficientes de exportação e penetração das importações revelam, no mínimo, uma maior sensibilidade da indústria de transformação ao câmbio. Cabe destacar então que o modelo de crescimento com poupança externa adotado no Brasil a partir da década de 1990 implica em três problemas estruturais que se retroalimentam, a saber: dependência de capitais forâneos para financiamento dos déficits em conta corrente; elevada taxa de juros interna para atração dos capitais necessários; e câmbio sobrevalorizado.

4.2 PADRÃO DE ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA: A REPRIMARIZAÇÃO DA PAUTA DE EXPORTAÇÕES

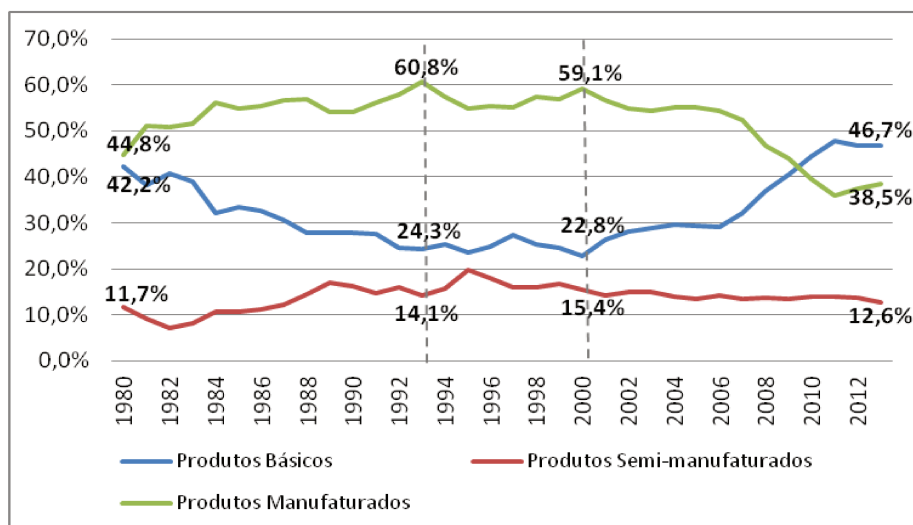
Tendo em vista a expansão da economia mundial e a consequente elevação da demanda pelas exportações brasileiras a partir do início dos anos 2000, em especial a partir do ano de 2003, com o início do ciclo de expansão da economia mundial e consequente elevação dos preços internacionais das *commodities*, torna-se necessária então, uma análise qualitativa da pauta de exportações brasileira, para que seja possível verificar o grau de diversificação e

dependência da economia brasileira à exportação de produtos básicos. Como mencionado anteriormente, bens intensivos em tecnologia possuem maior valor agregado e são mais resistentes a possíveis reversões dos ciclos de expansão da economia mundial. Uma pauta de exportações diversificada, composta não só de produtos primários, mas com boa participação relativa de produtos com maior conteúdo tecnológico e, por conseguinte, com maior dinamismo no mercado internacional, torna o país menos vulnerável a uma possível reversão do referido ciclo de expansão. As *commodities* possuem as seguintes restrições:

Baixa elasticidade-renda da demanda; elasticidade-preço da demanda desfavorável; pequena absorção dos benefícios do progresso técnico; [...] restrição externa, visto que as *commodities* se caracterizam por alta volatilidade de preços e instabilidade da receita de exportação; rápida e profunda transmissão dos ciclos econômicos; maiores barreiras de acesso ao mercado internacional; escalada tarifária; menor valor agregado [...] e riscos crescentes de litígios comerciais. (GONÇALVES, 2013, p. 92).

Uma das classificações adotadas pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior é a classificação por fator agregado, que divide os bens exportados em duas categorias, são elas: i) produtos básicos, que possuem baixo grau de elaboração; ii) e industrializados, que são os produtos que sofreram transformações no processo de produção, sendo que estes últimos são subdivididos em outras duas categorias: semimanufaturados e manufaturados. Os produtos semimanufaturados são os que já passaram por alguma transformação durante o processo produtivo, mas que não se encontram em sua forma para consumo final ou intermediário. Já os produtos manufaturados possuem, em geral, maior tecnologia empregada e maior valor agregado, ou seja, são produtos que sofreram uma transformação mais elaborada. O gráfico 10 apresenta a participação percentual média das exportações brasileiras utilizando a classificação por fator agregado no período compreendido entre 1980 e 2013.

Gráfico 10 - Participação média (%) dos bens exportados: classificação por fator agregado (1). Período 1980 – 2013.



FONTE: Elaborado pelo autor. Dados do FUNCEXdata.

(1) Ver apêndice A.

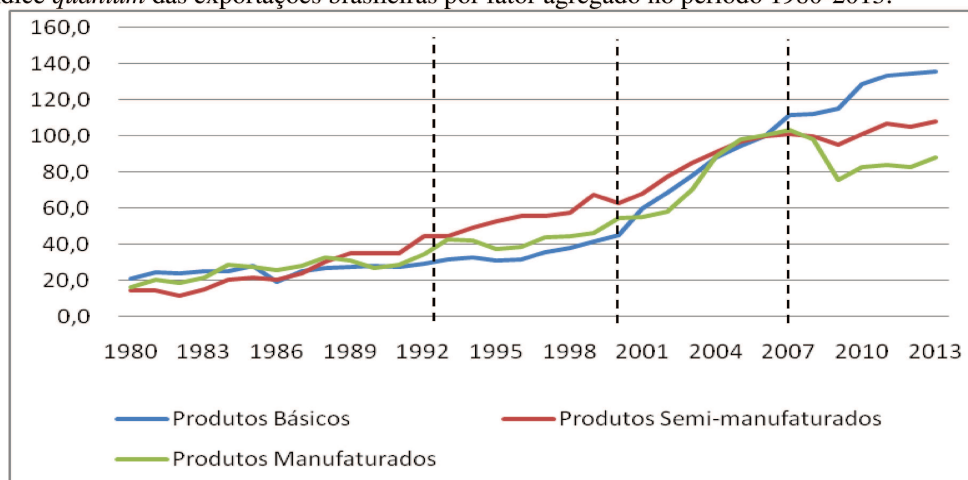
Conforme apresentado no gráfico 10, o período compreendido entre 1980 e 1993 é marcado pela ascensão da participação dos produtos manufaturados na pauta de exportações brasileira, atingindo uma participação de 60,8% em 1993. Neste mesmo período a participação dos produtos básicos se reduz acentuadamente, saindo de um patamar de 42,2% em 1980 para 24,3% em 1993. O período entre 1994 e 2000 aparece como um período de transição e reestruturação produtiva após a implantação do plano real e, a partir da virada do século, a participação dos produtos manufaturados entra em declínio, caindo de 59,1% em 2001 para 38,5% em 2013. Enquanto isso, segundo IEDI (2014) o peso dos manufaturados nas exportações mundiais permanece elevado, em cerca de 67% desde 2011. Já a participação dos produtos básicos entra em trajetória ascendente, saltando de 22,8% em 2001 para 46,7% em 2013. Os bens semimanufaturados também tiveram sua participação reduzida na pauta de exportações brasileira, de 15,4% em 2001 para 12,6% em 2013.

Em termos de total de bens exportados, o Brasil vem mantendo posição relativamente estável, ocupando a 22ª posição entre os exportadores mundiais desde 2010. Entretanto, ao se analisar a situação dos bens manufaturados, o Brasil vem perdendo posição frente aos exportadores mundiais de manufaturas, caindo da 27ª posição conquistada em 2005 para a 31ª em 2013. Em contrapartida, sua posição entre os importadores mundiais melhorou consideravelmente, saltando da 31ª posição em 2005 para a 19ª em 2013 (IEDI, 2014). Ou seja, o país vem se revelando cada vez mais um importador de manufaturas.

Um dos motivos para este quadro é o baixo crescimento dos países desenvolvidos e a recente desaceleração China, que provocaram um “encolhimento” nos mercados, fazendo com que países como o Brasil, que sofreram transformações profundas com o *boom* das *commodities* - passando de uma posição de importante exportador de manufaturas para uma posição relevante como exportador de bens básicos, especialmente *commodities*, e importador de manufaturas – virem mercados de importância para outras economias. (IEDI, 2012). Cunha, Lélis e Bichara (2012) alertam para o “efeito China” que, com ambiente de baixo dinamismo das economias desenvolvidas, este país tem direcionado suas exportações para o mercado dos países emergentes, dentre eles o Brasil, “o que vem intensificando a pressão competitiva sobre os produtos locais” (CUNHA; LÉLIS; BICHARA, 2012, p. 212).

Ao se analisar o *quantum* exportado, nota-se que o *quantum* de produtos básicos cresce acentuadamente a partir do início da década de 2000 e desde 2007 lidera o *quantum* exportado. Esta categoria foi a que menos sofreu com os efeitos da crise financeira global de 2008 e isto se deu pela rápida recuperação da economia Chinesa, e com ela, de suas importações, uma vez que a China tornou-se a partir de 2009 o principal destino das exportações brasileiras, compostas basicamente de *commodities*. (PINTO, 2011). Já o *quantum* exportado de bens manufaturados se eleva durante o período de expansão da economia mundial, caindo somente a partir de 2007 e desde então é a categoria com menor *quantum* exportado, sofrendo os impactos da crise financeira global. O gráfico 11 apresenta a trajetória do índice *quantum* das exportações brasileiras utilizando a classificação por fator agregado.

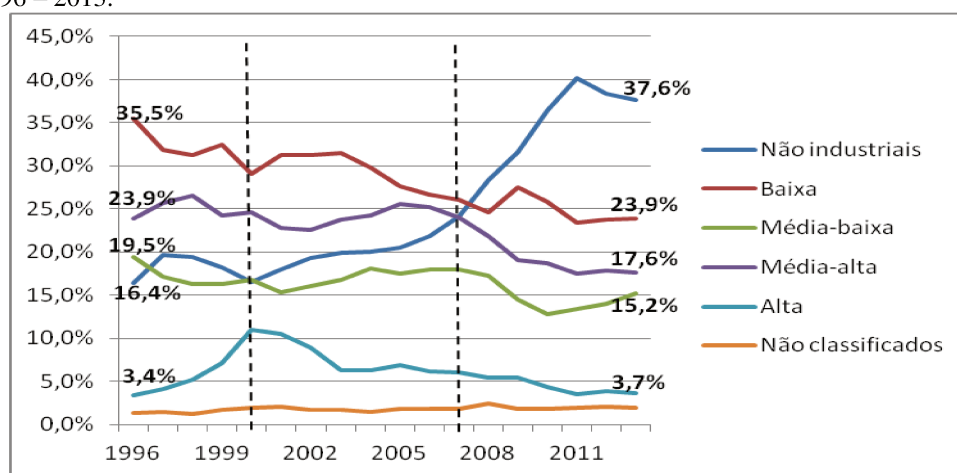
Gráfico 11- Índice *quantum* das exportações brasileiras por fator agregado no período 1980-2013.



FONTE: FUNCEXdata.

Outra classificação muito utilizada na literatura é a classificação por intensidade tecnológica, baseada na metodologia da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)². Esta classificação divide os bens em cinco categorias distintas: Não industriais, indústrias de baixa tecnologia, média-baixa tecnologia, média-alta tecnologia e alta tecnologia. Esta classificação tem suas limitações, principalmente quando utilizada para análise da indústria de países em desenvolvimento, entretanto é a melhor e mais utilizada classificação disponível. O gráfico 12 apresenta a participação percentual média das exportações brasileiras utilizando a referida classificação, por intensidade tecnológica.

Gráfico 12 - Participação média (%) dos bens nas exportações, classificados por intensidade tecnológica (1) no período 1996 – 2013.



FONTE: Elaboração própria. Dados do FUNCEXdata – Metodologia baseada em OCDE (1997).

(1) Ver apêndice B.

O cenário apresentado no gráfico 12 deixa clara a piora relativa da pauta de exportações brasileira, uma vez que os bens de alta tecnologia, que correspondiam a 11% dos bens exportados no ano 2000, vêm perdendo espaço desde então e corresponderam em 2013 a 3,7% dos bens exportados, ou seja, uma queda de 7,3 pontos percentuais, praticamente igualando a participação relativa obtida em 1996 que foi de 3,4% da pauta de exportações brasileira. Em contrapartida, os produtos classificados como não industriais elevaram sua participação no período analisado, saltando de 16,4% obtidos em 1996 para 37,6% em 2013. A ascensão da participação relativa destes bens se dá justamente na primeira metade da década de 2000, novamente relacionado ao ciclo de expansão da economia mundial e elevação dos preços das *commodities*. Os demais produtos, classificados como baixa, média-

² Para informações sobre esta classificação ver FUNCEXdata, notas explicativas para a área de indicadores, estatística anuais, comércio segundo a intensidade tecnológica dos produtos, disponível em: < http://www.funcexdata.com.br/br/notas/nv2_comsegintensidadetech.pdf>.

baixa e média-alta tecnologia também tiveram suas participações relativas reduzidas no período, caracterizando a reprimarização da pauta de exportações brasileira, com crescente participação dos produtos classificados como não industriais, que englobam os setores agropecuário, de pesca e extrativos florestal e mineral.

Cabe ainda destacar que entre os dez principais produtos³ exportados pelo Brasil desde o ano 2000, oito são classificados como *commodities* e/ou bens manufaturados de baixa tecnologia, intensivos recursos naturais e mão de obra, dentre eles se destacam: i) minérios de ferro e seus concentrados, cuja participação relativa na pauta de exportações era de 4,76% em 2003, atinge 16,33% em 2011 e fecha 2013 com 13,42% de participação; ii) Soja mesmo triturada, cuja participação em 2000 era de 3,97% e fecha 2013 com participação relativa de 9,42% na pauta de exportações; iii) óleos brutos de petróleo, com participação relativa na pauta de exportações de 0,29% em 2000, atinge 8,44% em 2011 e fecha 2013 com participação de 5,35%. Fechando a lista dos cinco principais produtos exportados estão açúcar de cana em bruto e carne de frango congelada, fresca ou refrigerada, incluindo miúdos, que juntos, possuíam participação de 2,20% em 2000 e fecham 2013 com participação relativa de 6,67%. Juntos, estes cinco produtos eram responsáveis por 12,99% das exportações brasileiras em 2000. Em 2013, porém, estes cinco bens foram responsáveis por 34,86% das exportações brasileiras, ou seja, um aumento de 168,36%, ou 21,87 pontos percentuais.

Em contrapartida, apenas dois produtos dentre os dez principais exportados são classificados como manufaturados e, por intensidade tecnológica, como bens de média-alta e alta tecnologia, são eles: i) automóveis de passageiros, que possuía 3,21% de participação relativa em 2000, chega a 1,54% em 2012, mas fecha 2013 com participação de 2,26%; e ii) aviões, cuja participação relativa em 2000 era de 5,54%, mas fecha 2013 com apenas 1,58% de participação. Juntos, estes dois setores eram responsáveis por 8,75% das exportações brasileiras em 2000. Entretanto, estes setores foram responsáveis por apenas 3,84% das exportações brasileiras em 2013, o que representa uma queda de 56,11% no período.

Em relação ao destino⁴ das exportações brasileiras, destacam-se China, Estados Unidos, Argentina, Países Baixos e Japão. No período entre 1998 e 2013 estes cinco países receberam, em média, 43,04% das exportações brasileiras. A China tornou-se o principal parceiro comercial brasileiro a partir de 2009, posto antes ocupado pelos Estados Unidos, seguido pela Argentina. Estes três países são o destino de, em média, 34,23% das exportações brasileiras, ou seja, mais de 1/3 do total exportado. Vale ressaltar que a China, que em 2013

³ Ver apêndice C.

⁴ Ver apêndice D.

foi o destino de 19% das exportações brasileiras, no mesmo ano, foi o destino de 49% do minério de ferro exportado pelo Brasil; 75,16% da soja (mesmo triturada); 31% dos óleos brutos de petróleo; 15,6% do açúcar de cana bruto; e 7% das carne de frango congelada, fresca ou refrigerada, incluindo miúdos.

Verifica-se, portanto, que o padrão da pauta exportadora brasileira caracteriza-se cada vez mais pela elevada participação de bens básicos e com baixo valor tecnológico, o que denota um baixo progresso na estrutura produtiva e consolida segundo Filgueiras e Gonçalves (2007) um padrão de inserção externa passivo no sistema mundial de comércio. Além disso, grande parcela das exportações brasileiras – 43,04% em média - está concentrada em cinco países de destino, o que deixa o país vulnerável a possíveis crises ou reversões nas políticas econômicas e comerciais destes países, o que já vem ocorrendo, com a recente desaceleração da China e, segundo Pedroso e Murakawa (2014) com agravamento da crise econômica na Argentina, com impacto maior na exportação de manufaturados.

4.3 SÍNTESE CONCLUSIVA

Pode-se observar que o modelo de crescimento com poupança externa promove uma maior dependência de capital externo para financiamento dos déficits em conta corrente, logo há maior dependência de uma conjuntura internacional favorável para atração dos capitais necessários. Além disso, se faz necessária uma elevada taxa de juros e câmbio relativamente valorizado que beneficiem o investidor, seja através de aplicações mais rentáveis para os especuladores ou para uma maior remessa de lucros dos investimentos diretos para suas matrizes no exterior. Vale ressaltar que, no caso brasileiro, a taxa de juros elevada tem servido também como instrumento chave no combate à inflação, especialmente após a implantação do sistema de metas de inflação em 1999 (BRESSER-PEREIRA, 2007).

Deste processo derivam, portanto, dois fatores que tendem a desestimular o investimento produtivo: a taxa de juros elevada e o câmbio sobrevalorizado. O primeiro porque torna o investimento produtivo mais caro e as aplicações financeiras mais rentáveis; e o segundo por acarretar em perda de competitividade, especialmente para os setores de manufaturados. Uma tendência deste processo - e que de fato ocorreu na economia brasileira – é a especialização produtiva nos setores em que o país possua vantagens comparativas, o que no Brasil, acarreta em uma especialização regressiva, voltada para os setores de bens básicos e baixa tecnologia, culminando na reprimarização da pauta de exportações. O fato de o Brasil ter mantido estável nos últimos anos sua posição entre os

maiores exportadores mundiais, mas com perda de posições entre os maiores exportadores de manufaturas, corrobora com esta lógica.

Por fim, por ambas as classificações selecionadas – por fator agregado e intensidade tecnológica – percebe-se a reprimarização da pauta de exportações e, como agravante, a estrutura das exportações brasileiras tem se tornado cada vez mais frágil, uma vez que apresenta forte concentração, tanto em termos de produtos exportados, quanto de países de destino, o que aumenta os riscos de transmissão dos impactos dos ciclos econômicos via corrente de comércio para a economia brasileira.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A corrente ortodoxa baseia sua defesa ao modelo de crescimento com poupança externa na premissa de que este modelo promoveria a busca pela eficiência por parte das empresas brasileiras, o que ao longo do processo promoveria uma maior competitividade destas, abrindo assim, o caminho para o crescimento sustentado do país (BARROS; GOLDENSTEIN, 1997 e FRANCO, 1999). Entretanto, os dados referentes aos coeficientes de abertura comercial e composição da pauta de exportações brasileira sugerem uma perda de competitividade das empresas brasileiras. Parcela crescente do consumo aparente brasileiro vem sendo atendido por importações, o que denota uma maior concorrência e perda de competitividade dos produtos nacionais frente aos produtos estrangeiros, uma vez que o coeficiente de exportação declina desde 2005, não compensando o coeficiente importado. Sendo assim, a “via de mão dupla” não parece ter se concretizado.

O que ocorre no período pós-real é uma reestruturação produtiva da economia brasileira que fomentou uma modificação significativa na composição da pauta de exportações brasileira quando utilizadas as classificações por fator agregado e por intensidade tecnológica. Os bens básicos passam a ganhar força desde então, principalmente a partir do início dos ciclos de expansão da economia mundial e alta dos preços das *commodities*. Este processo poderia significar um aumento na vulnerabilidade externa conjuntural da economia brasileira, uma vez que estes bens possuem menor elasticidade-renda da demanda e, desta forma, como sugere a teoria estruturalista, haveria tendência à deterioração dos termos de troca brasileiros com consequente tendência ao desequilíbrio externo. Entretanto, com o ciclo de expansão iniciado a partir de 2003, com elevação da demanda pelas importações brasileiras e elevação dos preços das *commodities*, este cenário não se concretizou e o que se viu, foi uma reversão dos termos de troca em favor da economia brasileira a partir do ano de 2002.

O cenário externo tronou-se assim, extremamente favorável à economia brasileira, com crescentes superávits comerciais e reversão do saldo em transações correntes. Todos os indicadores de vulnerabilidade externa conjuntural construídos também melhoraram acentuadamente a partir de 2004 e assim se mantêm até 2007, quando o ciclo de expansão é interrompido pela eclosão da crise financeira global de 2008. No período pós-crise, contudo, alguns destes indicadores vêm apresentando tendência à reversão do processo de redução da vulnerabilidade externa conjuntural, o que aumenta a importância para a economia brasileira de ter aproveitado a oportunidade gerada pela redução da vulnerabilidade externa conjuntural para reduzir também a vulnerabilidade externa estrutural da economia brasileira.

Entretanto, à luz da teoria novo desenvolvimentista, o que se sugere é um agravamento da situação de vulnerabilidade externa estrutural da economia brasileira, que promoveu uma inserção externa passiva do país, dependente de capital externo e da demanda externa por *commodities*. A pauta de exportações brasileira tornou-se estruturalmente frágil, com elevada concentração em bens básicos. Assim, como sugere o pensamento estruturalista, uma reversão no ciclo de alta dos preços das *commodities* e a desaceleração da economia mundial, em especial da China que, como visto, é o principal parceiro comercial brasileiro e grande demandante de *commodities*, pode levar à deterioração dos termos de troca brasileiros e a volta das restrições externas. Desta forma, à luz dos pensamentos estruturalista e novo desenvolvimentista abordados neste trabalho e dos resultados obtidos, o que se pode inferir é que o Brasil não soube aproveitar a oportunidade que a redução da vulnerabilidade externa conjuntural proporcionou para reduzir a vulnerabilidade externa estrutural de sua economia.

REFERÊNCIAS

- ALVES, José Eustáquio Diniz. **Análise de conjuntura: teoria e método**. 2008. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/analiseconjuntura_teoriametodo_01jul08.pdf>. Acesso em: 03 out. 2014.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. Diretoria de Política Econômica. **Manual de estatísticas fiscais**. Brasília: Departamento econômico, 2012. Disponível em <<https://www.bcb.gov.br/ftp/infecan/Estatisticasfiscais.pdf>>. Acesso em 16 out. 2014.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. Diretoria de Política Econômica. **Indicadores fiscais**. Brasília: Departamento de Relacionamento com Investidores e Estudos Especiais, 2014. Disponível em <<http://www4.bcb.gov.br/pec/gci/port/focus/faq%204-indicadores%20fiscais.pdf>>. Acesso em 23 out. 2014. (Série perguntas mais frequentes).
- BANCO MUNDIAL. **Indicators**. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/indicator>>. Acesso em: 03 out. 2014.
- BARROS, José Roberto Mendonça de; GOLDENSTEIN, Lúcia. Avaliação do processo de reestruturação industrial brasileiro. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 17, n. 266, p.12-31, abr./jun. 1997.
- BLANCHARD, Oliver. **Macroeconomia**. 4. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Departamento de Planejamento e Desenvolvimento do Comércio Exterior. **Fator agregado: Explicação**. Brasília. Disponível em: <www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1283455528.doc>. Acesso em: 03 out. 2014.
- BRESSER-PEREIRA; GALA, Paulo. Macroeconomia estruturalista do desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 30, n. 4 (120), p.663-686, out./dez. 2010.
- BRESSER- PEREIRA, Luiz Carlos; NAKANO, Yoshiaki. Crescimento com poupança externa?. In: FERRARI FILHO, Fernando; PAULA, Luiz Fernando de (Org.). **Globalização financeira: ensaios de macroeconomia aberta**. Petrópolis: Vozes, 2004. Cap. 13. p. 497-535.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Macroeconomia da estagnação: Crítica da ortodoxia convencional no Brasil pós-1994**. São Paulo: 34, 2007.
- _____. Economia do desenvolvimento: Do antigo ao novo desenvolvimentismo na América Latina. In: PRADO, Luiz Carlos Delorme (Org.). **Desenvolvimento econômico e crise: Ensaios em comemoração aos 80 anos de Maria da Conceição Tavares**. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2012. p. 27-66.
- _____. A taxa de câmbio no centro da teoria do desenvolvimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 26, n. 75 (120), p.7-28, 2010.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. **A vulnerabilidade econômica do Brasil:** Abertura externa a partir dos anos 90. São Paulo: Ideias e Letras, 2005. (Coleção caminhos da globalização e as ciências sociais).

CARNEIRO, Ricardo. **Desenvolvimento em crise:** A economia brasileira no último quarto do século XX. São Paulo: Unesp/Unicamp, 2002.

CNM/COORDENAÇÃO DE MONOGRAFIA. **Roteiro para elaboração de Projeto de Monografia.** Florianópolis: Departamento de Ciências Econômicas/Coordenação de Monografia, 2007. Disponível em: <http://www.cse.ufsc.br/~gecon/> Acesso em: 26 abr. 2014.

COUTINHO, Luciano. A especialização regressiva: Um balanço do desempenho industrial pós-estabilização. In: VELLOSO, João Paulo dos Reis et al. **Brasil:** Desafios de um país em transformação. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997. Cap. 4. p. 81-106. Coordenador: João Paulo dos Reis Velloso.

CUNHA, André Moreira; LÉLIS, Marcos Tadeu Caputi; BICHARA, Julimar da Silva. O Brasil no espelho da China: Tendências para o período pós-crise financeira global. **Revista Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p.208-236, Mai. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rec/v16n2/a03v16n2.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2014

FILGUEIRAS, Luiz; GONÇALVES, Reinaldo. **A economia política do governo Lula.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

FRANCO, Gustavo H. B.. **O desafio brasileiro:** ensaios sobre desenvolvimento, globalização moeda. São Paulo: 34, 1999.

FUNDAÇÃO CENTRO DE ESTUDOS DO COMÉRCIO EXTERIOR. Funcexdata: Notas explicativas para a área de indicadores. **Estatística anuais:** Comércio segundo a intensidade tecnológica dos produtos. Rio de Janeiro: Funcex, 2014. Disponível em:<http://www.funcexdata.com.br/br/notas/nv2_comsegintensidadetech.pdf>. Acesso em: 18 set. 2014.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. **World Economic Outlook Database, 2013.** Disponível em:<<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2014/01/weodata/download.aspx>>. Acesso em: 23 set. 2014.

FURTADO, Celso. **Teoria e política do desenvolvimento econômico.** 6. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1977.

GOLDENSTEIN, Lídia. Repensando a dependência após o plano real. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 12, n. 33, p.131-135, 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v12n33/v12n33a09.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2014.

GONÇALVES, Reinaldo et al. **Vulnerabilidade Externa Estrutural da América Latina.** Texto originalmente preparado para a reunião do Grupo de Trabalho CLACSO "Setores Dominantes na América Latina", 2-3 de abril 2008. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/hpp/intranet/pdfs/vulnerabilidade_externa_america_latina_gep_abril_2008.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2014.

GONÇALVES, Reinaldo. **Desenvolvimento às avessas: verdade, má-fé e ilusão no atual modelo brasileiro de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

_____. Economia política internacional: fundamentos teóricos e as relações internacionais do Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. Cap. 5. p. 121-164.

_____. **O nó econômico**. Rio de Janeiro: Record, 2003. (Os porquês da desordem mundial: Mestres explicam a globalização).

_____. Globalização econômica e vulnerabilidade externa. In: Seminário Economia Global, Integração Regional e Desenvolvimento Sustentável, 1998. **Anais...** Rio de Janeiro, UFF. Disponível em: <http://www.reggen.org.br/midia/documentos/globalizacaoeconomica.pdf>>. Acesso em: 04 jun. 2014.

IEDI. A economia brasileira após a crise. **Indústria**, São Paulo: Instituto de Estudos Para Desenvolvimento Industrial, 2012. (Artigos). Disponível em: http://www.iedi.org.br/artigos/top/analise/analise_iedi_20120918_industria.html>. Acesso em: 3 nov. 2014.

IEDI. O Brasil e O ranking internacional de exportadores e importadores de manufaturas. **Cartas IEDI**, São Paulo: Instituto de Estudos Para Desenvolvimento Industrial, n. 647, 2014. (Cartas). Disponível em: http://www.iedi.org.br/cartas/carta_iedi_n_647.html>. Acesso em: 29 out. 2014.

IPEA. Ipeadata: **Macroeconômico**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2014. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: 17 set. 2014.

KREGEL, Jan A. Riscos e implicações da globalização financeira para a autonomia de políticas nacionais. In: FERRARI FILHO, Fernando; PAULA, Luiz Fernando de (Org.). **Globalização financeira: ensaios de macroeconomia aberta**. Petrópolis: Vozes, 2004. Cap. 1. p. 31-58.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEVY, Paulo Mansur; SERRA, Maria Isabel Fernandes. **Coefficientes de importação e exportação na indústria**. Brasília: IPEA, 2002. (Boletim de conjuntura, 58)

MODIANO, Eduardo. A ópera dos três cruzados: 1985 - 1989. In: ABREU, Marcelo de Paiva (org.) **A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889 - 1989**. Rio de Janeiro, Campus, 1989.

OREIRO, José Luis. **Wage-Led versus Export-led: Desfazendo confusões conceituais**. 2012. Economia, opinião e atualidades. Disponível em: <http://jlcureiro.wordpress.com/2012/09/24/wage-led-versus-export-led-desfazendo-confusoes-conceituais/>>. Acesso em: 31 out. 2014.

OREIRO, José Luís; FEIJÓ, Carmem A.. Desindustrialização: Conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. **Revista de economia política**, São Paulo, v. 30, n.2, p. 219-232, abr./jun. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v30n2/03.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2014.

PAULA, Luiz Fernando de; ALVES JR, Antonio J. Vulnerabilidade externa e ataques especulativos: a experiência brasileira recente. In: FERRARI FILHO, Fernando; PAULA, Luiz Fernando de (Org.). **Globalização financeira: ensaios de macroeconomia aberta**. Petrópolis: Vozes, 2004. Cap. 15. p. 565-601. Tradução de: Ricardo Rosenbusch.

PEDROSO, Rodrigo; MURUKAWA, Fabio. Crise nos parceiros do Mercosul afeta exportação do país. **Valor Econômico**. São Paulo, 25 fev. 2014. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/brasil/3442450/crise-nos-parceiros-do-mercossul-afeta-exportacao-do-pais>>. Acesso em: 12 nov. 2014.

PINTO, Eduardo Costa. O eixo sino-americano e a inserção externa brasileira: antes e depois da crise. **Texto Para Discussão**, Brasília, v. 1652, ago. 2011. IPEA. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1652.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2014.

PRATES, D. M. O novo ciclo de preços das commodities. **Boletim de economia**. São Paulo: Fundação de Desenvolvimento Administrativo (FUNDAP), n. 2, p. 11-23, mar. 2011. Disponível em: <http://www.fundap.sp.gov.br/wp-content/uploads/2014/03/boletim_economia_2_completo.pdf>. Acesso em 30 out. 2014.

PREBISCH, R. (1949) O Desenvolvimento Econômico da América Latina e Alguns de seus Problemas Principais. In BIELSCHOWSKY, R. **Cinquenta Anos de Pensamento da CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000. p 69-136.

_____. A deflação dos preços das commodities em 2011. **Boletim de economia**. São Paulo: Fundação de Desenvolvimento Administrativo (FUNDAP), n. 12, p. 15-23, fev. 2012. Disponível em: <http://www.fundap.sp.gov.br/wp-content/uploads/2014/03/boletim_economia_12_completo.pdf>. Acesso em 30 out. 2014.

RODRIGUEZ, Octavio. **O estruturalismo latino-americano**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2009. Tradução de: Maria Alzira Brum Lemos.

WILLIAMSON, J. Democracy and the "Washington Consensus". **World Development**, Washington, D. C., v. 21, n. 8, p. 1329-1336, 1993. Disponível em: <http://www.visionaryvalues.com/wiki/images/Williamson_DemocracyandWashingtonConsensus.pdf>. Acesso em: 25 out. 2014.

_____. Democracy Reforms políticas na América Latina na década de 1980. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 12, n. 01, p.43-49, Jan./Mar. 1992. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/pdf/45-3.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2014.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Técnicas de pesquisa** / Liane Carly Hermes Zanella; adaptação: Eleonora Milano Falcão Vieira, Marialice de Moraes. – Florianópolis : Departamento de Ciências Econômicas/UFSC, 2011. 101 p.

APÊNDICE

Apêndice A: Participação (%) das exportações brasileiras segundo classificação por fator agregado, no período 1996-2013.

Período	Produtos Básicos	Produtos Semimanufaturados	Produtos Manufaturados
1980	42,2%	11,7%	44,8%
1981	38,3%	9,1%	51,0%
1982	40,8%	7,1%	50,8%
1983	39,0%	8,1%	51,5%
1984	32,2%	10,6%	56,0%
1985	33,3%	10,8%	54,9%
1986	32,6%	11,2%	55,5%
1987	30,6%	12,1%	56,6%
1988	27,9%	14,5%	56,8%
1989	27,8%	16,9%	54,2%
1990	27,8%	16,3%	54,2%
1991	27,6%	14,8%	56,2%
1992	24,7%	16,1%	58,0%
1993	24,3%	14,1%	60,8%
1994	25,4%	15,8%	57,3%
1995	23,6%	19,7%	55,0%
1996	24,9%	18,0%	55,3%
1997	27,3%	16,0%	55,1%
1998	25,4%	15,9%	57,4%
1999	24,6%	16,6%	56,9%
2000	22,8%	15,4%	59,1%
2001	26,4%	14,2%	56,6%
2002	28,1%	14,9%	54,8%
2003	29,0%	15,0%	54,4%
2004	29,6%	13,9%	55,1%
2005	29,4%	13,5%	55,2%
2006	29,2%	14,2%	54,4%
2007	32,1%	13,6%	52,3%
2008	36,9%	13,7%	46,8%
2009	40,5%	13,4%	44,0%
2010	44,6%	14,0%	39,4%
2011	47,8%	14,1%	36,0%
2012	46,8%	13,6%	37,4%
2013	46,7%	12,6%	38,5%

FONTE: FUNCEXdata.

Apêndice B: Participação (%) das exportações brasileiras segundo intensidade tecnológica no período 1996-2013.

Exportações por intensidade						
Período	Não industriais	Baixa	Média-baixa	Média-alta	Alta	Não classificados
1996	16,4%	35,5%	19,5%	23,9%	3,4%	1,3%
1997	19,7%	31,8%	17,2%	25,7%	4,1%	1,5%
1998	19,4%	31,2%	16,3%	26,6%	5,2%	1,2%
1999	18,2%	32,4%	16,3%	24,2%	7,2%	1,7%
2000	16,6%	29,0%	16,8%	24,7%	11,0%	1,9%
2001	18,0%	31,3%	15,3%	22,8%	10,5%	2,0%
2002	19,4%	31,2%	16,1%	22,6%	9,0%	1,7%
2003	19,9%	31,5%	16,8%	23,8%	6,3%	1,7%
2004	20,0%	29,9%	18,1%	24,2%	6,3%	1,5%
2005	20,5%	27,6%	17,5%	25,6%	6,9%	1,8%
2006	21,9%	26,7%	18,0%	25,3%	6,2%	1,9%
2007	24,1%	26,1%	17,9%	24,0%	6,0%	1,9%
2008	28,3%	24,7%	17,3%	21,8%	5,4%	2,4%
2009	31,6%	27,5%	14,5%	19,1%	5,5%	1,8%
2010	36,4%	25,8%	12,8%	18,8%	4,3%	1,9%
2011	40,2%	23,4%	13,4%	17,5%	3,5%	2,0%
2012	38,4%	23,7%	14,0%	17,9%	3,9%	2,1%
2013	37,6%	23,9%	15,2%	17,6%	3,7%	2,0%

FONTE: FUNCEXdata.

Apêndice C: Participação (%) dos principais produtos exportados no período 2000-2013.

Principais produtos	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Minérios de ferro e seus concentrados	5,53	5,04	5,05	4,73	4,93	6,17	6,49
Soja mesmo triturada	3,97	4,68	5,02	5,87	5,59	4,52	4,11
Óleos brutos de petróleo	0,29	1,24	2,80	2,90	2,62	3,52	5,00
Açúcar de cana,em bruto	1,38	2,41	1,84	1,85	3,47	3,72	2,86
Carne de frango congelada,fresca ou refrig.incl.miudos	1,82	2,22	2,21	2,34	2,59	2,81	2,12
Farelo e resíduos da extração de óleo de soja	3,00	3,55	3,64	3,56	3,39	2,68	1,76
Automóveis de passageiros	3,21	3,55	3,32	3,63	3,47	3,72	3,34
Carne de bovino congelada,fresca ou refrigerada	0,91	1,27	1,29	1,58	2,03	2,04	2,27
Café cru em grão	2,83	2,07	1,98	1,78	1,81	2,13	2,12
Aviões	5,54	4,88	3,87	2,65	3,39	2,68	2,35
Total	28,48	30,91	31,02	30,89	33,29	33,99	32,42
Principais produtos	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Minérios de ferro e seus concentrados	6,57	8,36	8,66	14,32	16,33	12,77	13,42
Soja mesmo triturada	4,18	5,53	7,47	5,47	6,38	7,20	9,42
Óleos brutos de petróleo	5,54	6,85	5,98	8,00	8,44	8,37	5,35
Açúcar de cana em bruto	1,95	1,84	3,91	4,61	4,51	4,13	3,78
Carne de frango congelada,fresca ou refrig.incl.miudos	2,63	2,94	3,15	2,87	2,76	2,78	2,89
Farelo e resíduos da extração de óleo de soja	1,84	2,20	3,00	2,34	2,33	2,72	2,80
Automóveis de passageiros	2,90	2,48	2,12	2,19	2,71	1,54	2,26
Carne de bovino congelada,fresca ou refrigerada	2,17	2,02	1,98	1,91	1,63	1,85	2,21
Café cru em grão	2,10	2,78	2,52	2,57	3,12	2,36	1,89
Aviões	2,94	2,09	2,46	1,97	1,53	1,96	1,58
Total	32,82	37,09	41,25	46,25	49,74	45,68	45,60

FONTE FUNCEXdata.

Apêndice D - Participação (%) dos principais países de destino das exportações brasileiras.

Período	China	EUA	Argentina	Países baixos	Japão	Total no período
1998	1,77%	19,06%	13,20%	5,37%	4,31%	43,71%
1999	1,41%	22,23%	11,17%	5,40%	4,57%	44,78%
2000	1,97%	23,93%	11,31%	5,08%	4,49%	46,78%
2001	3,27%	24,37%	8,59%	4,92%	3,41%	44,56%
2002	4,18%	25,44%	3,88%	5,27%	3,48%	42,25%
2003	6,20%	22,84%	6,24%	5,81%	3,16%	44,25%
2004	5,64%	20,77%	7,64%	6,13%	2,87%	43,05%
2005	5,78%	18,99%	8,38%	4,47%	2,94%	40,56%
2006	6,10%	17,80%	8,52%	4,17%	2,83%	39,42%
2007	6,69%	15,60%	8,97%	5,50%	2,69%	39,45%
2008	8,29%	13,85%	8,89%	5,30%	3,09%	39,42%
2009	13,20%	10,20%	8,36%	5,33%	2,79%	39,88%
2010	15,25%	9,56%	9,17%	5,07%	3,54%	42,59%
2011	17,31%	10,08%	8,87%	5,33%	3,70%	45,29%
2012	17,00%	11,01%	7,42%	6,20%	3,28%	44,91%
2013	19,01%	10,18%	8,10%	7,15%	3,29%	47,73%

FONTE: FUNCEXdata.